



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CARLA CRISTINE TEIXEIRA**

**CHAMARAM-ME “NOVA”! -**  
**EXPERIÊNCIA, EXPECTATIVA E CONSCIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO**  
**BRASIL A PARTIR DA CONSTITUINTE DE 1987-88.**

**Florianópolis**

**2018**

CARLA C. TEIXEIRA

**CHAMARAM-ME “NOVA”!-  
EXPERIÊNCIA, EXPECTATIVA E CONSCIÊNCIA DEMOCRÁTICA A  
PARTIR DA CONSTITUINTE DE 1987-88.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel e Licenciada em História.

**Orientadora: Prof. Dra. Roselane Neckel.**

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Graduação em História

### ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 16 horas e 30 minutos, na Sala 07 Bloco C do CFH, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Roselane Neckel (Orientador(a) e Presidente); Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Elenita Malta (Titular); Dandara Oliveira (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 37/HST/CFH/2018, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Carla Cristine Teixeira, intitulado: **“Chamaram-me “nova”! - Experiência, expectativa e consciência democrática o Brasil a partir da Assembleia Constituinte de 1987-88”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Roselane Neckel, nota 9,5, Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Elenita Malta, nota 9,5, Dandara Oliveira, nota 9,5, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 9,5. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 04 de julho de 2018. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 29 de junho de 2018

Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Roselane Neckel (Orientador(a))

Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>ª</sup>: Elenita Malta (Titular)

Dandara Oliveira (Suplente)

Carla Cristine Teixeira (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Carla Cristine Teixeira, matrícula n. 12201545, entregou a versão final de seu TCC cujo título é chamaram-me "nova" - Experiência, expectativa e consciência democrática no Brasil a partir da Assembleia constituinte de 1987-88, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 05 de julho de 2018.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal que serve como base para o nome do orientador.

Orientador(a)

“Não!

Nós nos negamos a acreditar  
que um corpo tombe vazio  
e se desfaça no espaço  
feito poeira ou fumaça  
adentrando-se no nada dos nadas –  
nadificando-se.

Por isso,

Na solidão desse banzo antigo  
Rememorador de todas e de todos os que de nós já se foram,  
É no espaço de nossa dor  
que desenhamos a sua luz,

Mulher!

E as pontas de sua estrela enfeitarão os dias que ainda nos aguardam  
e cruzarão com as pontas das pontas de outras estrelas

Habitantes que nos guiam  
Iluminando-nos e nos fortalecendo  
Na constelação de nossas saudades.”

*Conceição Evaristo.*

**Marielle Franco, PRESENTE!**

## AGRADECIMENTOS

Eu juro que, por quase um milésimo de segundo, consigo ver a mim mesma sentada na varanda de minha casa, conversando com a minha irmã mais velha. Já era madrugada e o sentimento que me dominava era o de cansaço, de fracasso com minhas escolhas. Eu estava insatisfeita com tudo o que já tinha feito e, em meio as lágrimas, disse a ela: “Escrever é a minha parada no mundo, sabe? Se eu não tiver sucesso nisso, não sei quem sou”. Uma frase carregada do peso que é todo esse processo de transição dentro da academia brasileira. Processo que tem como porta-voz um sussurro que insiste em afirmar que você é uma farsa, que seu raciocínio não faz sentido algum, que ninguém vai te levar a sério, acreditar em você: Afinal, “quem você pensar que é?”.

Penso que ainda sou aquela menina de seis anos que pedia para sua mãe sentar com ela na cama, todas as tardes, para ler todos os livros que a biblioteca da escola tinha autorizado emprestar. Que queria ler Dom Quixote com oito anos e entender. Que se arriscou e aos nove escreveu seu primeiro livro literário. Que aos quatorze conheceu a escrita em forma de métrica e rima. Que depois dos dezoito, conheceu a abstração proporcionada por um conto. Aquela menina que nunca, em nenhuma fase da vida, deixou a paixão pela escrita ser apagada. Essa menina que resistiu, contou seus sonhos, medos e desejos através do nome de outras pessoas. Meu primeiro agradecimento é para você, menina! Se essa pequena produção foi possível, foi porque você nunca me deixou.

Agradeço aos meus amados pais carnis, Maria Inez Teixeira e Jaime Teixeira, pelo apoio. Parece um tanto clichê, mas esse é um verbo que vocês nunca permitiram faltar. Sei que nesse mundo tão grande, poucas pessoas podem contar com a segurança que um solo familiar estável proporciona. Sou privilegiada por ter nascido de quem nasci.

Às minhas irmãs mais velhas, Angela e Daiana C. Teixeira. Nada pode substituir a grandeza que foi crescer ao lado de vocês. Aos trancos, barrancos, lágrimas e sorrisos. Somos mulheres que compartilham a vida e o viver. Vocês me fazem mais forte!

À minha família de santo, da Tenda Espírita Cantinho de Oxalá e Oxum, que em meio às turbulências desse último ano, foi definitivamente meu porto seguro. Materializo esse sentimento nas figuras da minha (sempre) avó de santo, Lurdinha

Goulart e de minha mãe de santo, Jéssica Goulart. Obrigada pelas palavras, conselhos a qualquer hora, paciência e aceitação com quem ainda está descobrindo quem é. Se existe a possibilidade do amor ser eterno, essa é a escolha que faço com o que sinto por vocês.

Aos meus muitos, muitos, muitos amigos. Que mundo incrível pude compartilhar com cada um de vocês, todos tão únicos e particulares.

Thábata e Francieli desde a infância, conhecendo absolutamente todas as minhas fases. As primeiras a comemorar comigo minhas vitórias, assim como as primeiras a me dar abrigo quando caio. Vocês são minhas inspirações diárias.

Bruna, Diogo, Larissa, Leonardo e Stela. Vocês são o maior presente que pude receber durante a graduação. Quem diria que uma turma que se detestava poderia proporcionar amizades tão sinceras e duradouras? A vocês, mais do que meu agradecimento, fica minha admiração. Passamos por todos os processos juntos, nos vimos nos momentos mais frágeis, lidamos com nosso ego e nossas diferenças e, bravamente, vencemos. Mais do que isso: crescemos. Vocês são pessoas incríveis e o mundo é pequeno perto de tudo o que cada um conquistará.

Isa Maria, Dandara e Yhandê. Cada um de um canto, com jeitos, costumes e experiências totalmente diferentes... E um estágio foi capaz de nos prender em um único laço. Tudo o que vivemos nunca será tirado de mim. Todas as conversas, conselhos, risos, vinhos e boas comidas (obrigada, Yhan!) estão guardadinhos comigo. Assim como minha torcida e desejo de sucesso são incessáveis.

Jonnanh, Thayla, Zamban. Vocês são a maior prova de que amizade não precisa de presença física. Anos e anos se passaram e ainda vibramos com as conquistas uns dos outros. Por nos lembrarmos que aqueles adolescentes impulsivos que compartilharam manhãs de sol no ensino médio ainda são capazes de pequenas loucuras a cada seis meses. Nem que um de nós termine a noite dormindo no primeiro lugar disponível.

Bruno Costa, Jefferson, Rick. Pelas noites de conversa, distração, otimismo e por levantar minha bola. Pela sinceridade, apoio, conselhos. Homens que também me ensinaram um tanto.

À Professora Doutora Roselane Neckel, meus mais sinceros agradecimentos, por ter acreditado, confiado e me incentivado. Me acolheu em um momento de desespero e de tropeços, e jamais se recusou a me auxiliar no que fosse necessário. Obrigada!

Ao Guilherme. Companheiro que o Orum me deu a chance de encontrar. Que a vida me deu a chance de ter ao lado independente da circunstância. Só nossos orixás sabem como agradeço a oportunidade de tê-lo conhecido e amado.

Por último, mas não menos importante, à minha doce mãe Oxum, ao meu pai guerreiro e forte Ogum. À Oxalá, Iansã e Iemanjá. Aos meus guias, entidades, protetores, guardiões. Nessa relação tão subjetiva como a que podemos manter com o sagrado, fui amparada e fortalecida. Através das nuances da vida, conheci a mim mesma e fui exposta a todas as verdades possíveis, sem deixar de estar sob o alcance dos seus olhos e às sombras de suas asas.

Axé. Gratidão.



## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende investigar, através da metodologia implícita à chamada História do Tempo Presente, o processo de democratização da sociedade brasileira no final da década de 1980. Considerando a Constituição vigente como reflexo de disputas sociais e ideológicas, bem como da vontade popular de superação do período da ditadura militar, este estudo inclina-se ao questionamento e à análise das sociabilidades dispersas no horizonte de expectativas democráticas que projetou-se a partir do governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974- 1979) e consolidou-se com o processo da constituinte em 1986-88. Por meio da investigação do Jornal da Constituinte, da publicação de leis e decretos, de ensaios de intelectuais e depoimentos publicados pelos agentes políticos, bem como da expressão das demandas dos mais diversos grupos sociais brasileiros, parte-se do sentimento de descontentamento com o regime democrático contemporâneo, a fim de legitimar a indispensabilidade do retorno da História ao campo político.

**Palavras-Chave:** Democratização; Constituinte; Brasil.

## **ABSTRACT**

The present work of course conclusion intends to investigate, through the implicit methodology to the called History of Present Time, the process of democratization of the Brazilian society in the end of the decade of 1980. Considering the current Constitution as a reflection of social and ideological disputes, as well as of the a popular will to overcome the period of the military dictatorship, this study is concerned with the questioning and analysis of dispersed sociabilities in the horizon of democratic expectations that was projected from the government of the general-president Ernesto Geisel (1974-79) with the constituent process in 1986-88. Through the investigation of the *Jornal da Constituinte*, the publication of laws and decrees, the testing of intellectuals and testimonies published by political agents, as well as the expression of the demands of the most diverse Brazilian social groups, we start with the feeling of discontent with the regime contemporary democracy, in order to legitimize the indispensability of the return of history to the political field.

**Keywords:** Democratization; Constituent; Brazil.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>Pg. 12</b>
<b>1. TRANSIÇÃO LENTA, GRADUAL E IRRESTRITA: OLHARES HISTORIOGRÁFICOS.....</b>	<b>Pg. 21</b>
1.1 – A democracia como objeto de estudo.....	Pg. 21
1.2 – A necessidade de retorno ao político e a análise particular do caso.....	Pg. 24
1.3 – O debate historiográfico brasileiro.....	Pg. 28
<b>2. - UM HORIZONTE QUE SE FORMA: VISLUMBRES DEMOCRÁTICOS .....</b>	<b>Pg. 36</b>
2.1 - A Assembleia Constituinte: Um chamado à participação popular .....	Pg. 39
2.2 - Mídia, comunicação e diálogo público: Uma mudança estrutural .....	Pg. 42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>Pg 54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>Pg. 56</b>

## INTRODUÇÃO

“O meu país é meu lugar de fala.”

Elza Soares, da música “O que se cala”. 2018.

Nos meses finais do ano de 1988, a grande maioria das mulheres brasileiras – como expressado popularmente: do Oiapoque ao Chuí – poderiam extasiar-se com o horizonte de expectativas que se projetava no imaginário social nacional. Noticiado massivamente através dos meios de comunicação, o 05 de outubro daquele ano anunciou a nova Constituição da República. Entre um de seus grandes marcos, estava o reconhecimento perante o ordenamento jurídico da igualdade em direitos e deveres entre homens e mulheres.

Como signo impulsionador da tão almejada democracia, tal circunstância abrangeu diversos âmbitos da vida social e privada da população feminina, assumindo conquistas e transformações em instituições enraizadas da submissão do gênero: o casamento, o mercado de trabalho, e a participação política<sup>1</sup>. Talvez - como uma singela ironia - trinta anos depois, a História (em sua compreensão como *Geschichte*)<sup>2</sup> pára e volta-se a nos contar sobre a necessidade de se compreender a existência de dois modos distintos de *ser*, desenhando uma relação cúmplice entre presente e passado.

O ano é 2018. Em 14 de março, a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro, Marielle Franco, foi assassinada com três tiros na cabeça e um no pescoço. Negra, bissexual e oriunda de uma das maiores favelas do estado – o Complexo da Maré -, Marielle era filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>3</sup>. O cenário de seu assassinato remete-nos instantaneamente ao vivenciado pelos opositores políticos da ditadura militar brasileira, incitando uma presença que até então tentávamos ignorar.

---

<sup>1</sup> BARRETO, Gabriella Pereira. **A evolução histórica do direito das mulheres**. JusBrasil, 2016. < <https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres> >. Acesso maio de 2018.

<sup>2</sup> ““História” [Geschichte] não significava ainda, antes de tudo, o passado, como haveria mais tarde de significar sob a égide da elaboração científica. Indicava a vinculação secreta entre o antigo e o futuro, cuja conexão só se pode reconhecer depois de se haver aprendido a compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança.” KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**: Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006. P 308.

<sup>3</sup>Para mais informações a respeito, ler nota do partido sobre a morte de Marielle e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes, no dia 14 de março de 2018. < <http://www.psol50.org.br/nota-do-psol-marielle-franco-presente/> >. Acesso em maio de 2018.

O enfrentamento político, a defesa do conceito de socialismo, a busca incessante pelo reconhecimento do povo negro e pobre, a denúncia dos abusos de autoridade e a força ensurdecadora de sua trajetória, despertaram o algoz de Marielle. E este, por sua vez, reafirma incessantemente a fragilidade de nossa democracia que, um ano antes, depôs a primeira mulher presidenta da República de sua história.

Parto da figura de tais mulheres por assumir e reconhecer, no decorrer desta escrita, meu posicionamento e local de fala. É Michel de Certeau quem questiona o que *fabrica* o historiador ao “fazer” história, ressaltando a ligação intrínseca estabelecida entre a ideia e o lugar como uma ação específica do mesmo. Em suas palavras, *meu patoá representa minha relação com um lugar*<sup>4</sup>. É este lugar em específico que me interessa ressaltar nesse momento. Onde acontecimentos políticos tão intensos tiveram como protagonistas e vítimas duas mulheres, meu olhar como *mulher* atuante e política no tempo presente, interroga o passado com a desconfiança e a curiosidade de quem se distancia das obras do acaso.

Dentro dessa narrativa, insere-se o decorrer da minha graduação em História, que esteve diretamente relacionado ao estudo das desigualdades e das violações dos direitos humanos no Brasil, fossem elas no domínio da raça, do gênero, ou especificamente no período do regime militar. Todos esses anos de pesquisa e aprendizado inquietaram-me a respeito de um conceito específico: a democracia, seus desdobramentos e as variadas facetas que a mesma adquiriu popularmente no contexto brasileiro do tempo presente.

Em entrevista recente, ao abordar o atual caso de impeachment brasileiro, Juarez Guimarães chama a atenção para o que lhe coube denominar como “democracia impedida”: uma nova modalidade dentro das problemáticas nas quais a Ciência Política está envolta, que possui como característica evidente a possibilidade de um golpe parlamentar. Para o professor, em alguns regimes democráticos representativos, as forças políticas dominantes apoiam-se nos aparatos previstos na Constituição, reinterpretando-os de forma ilegítima, a fim de manipular um resultado que lhes seja favorável.

---

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982, Pg. 55.

Diante desta perspectiva, vive o Estado democrático brasileiro sob uma condição de “excepcionalidade onde a exceção é a regra?”<sup>5</sup>. Afinal, é possível investigar sob as lentes da História os caminhos do processo de redemocratização no Brasil? É possível identificar quais características este modelo político possui? Em tempo, a democracia brasileira adquire formas diferentes de expressão material para as mulheres e homens do país? Sua completude modifica-se diante de categorias como as de raça, classe e gênero?

Esses são questionamentos e incômodos que acompanham, de forma massiva no presente, pesquisadores brasileiros dos diversos âmbitos das Ciências Humanas. Trinta anos após o estabelecimento da Carta Magna, o contexto brasileiro remonta às tradições de crise e insegurança política. A sensação de democracia real (aquela que se vivencia materialmente), talvez, não tivera até o momento conseguido suscitar um sentimento de tranqüilidade e estabilidade no imaginário social brasileiro.

As causas dessa perspectiva podem debruçar-se nas mais complexas teorias, porém, inegavelmente, os abismos sociais e econômicos do país reafirmam como a extensão de nossa democracia é intrinsecamente relacionada aos paradigmas negligenciados apontados anteriormente. Poderia, então, a História investigar um conceito como democracia, inserido em um cenário de curta duração? Como se compõe a historiografia – o interrogar, analisar e abordar um determinado tema – quando este se relaciona intrinsecamente a um incômodo particular ao historiador que a pratica?

“A particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ainda-aí”.<sup>6</sup>

Apoio-me, nesse momento, na teoria historiográfica do Tempo Presente. Para fundamentar o uso da metodologia e teoria que envolve esta área, baseio-me na totalidade da obra de Henry Rousso, *A última catástrofe* (2016). Dessa produção, interessa-me a categorização do conceito de historicidade e a contextualização a respeito do fazer-se historiográfico, que serão apresentados no decorrer desse trabalho. Henry Rousso, ao fundamentar seu procedimento, argumenta que o historiador se baseia

---

<sup>5</sup> GUIMARÃES, Juarez. “**Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo**”. Entrevista. *Sul 21*, 16 jul. 2017. P 11. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2017/07/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/> >. Acesso em maio de 2018.

<sup>6</sup> ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016. P 18.

dentro de um paradoxo de violência e dos efeitos do mesmo: o tempo que se passa após um acontecimento traumático é responsável pela compreensão, pelo desenvolvimento da consciência e por uma relação dialética entre o que seria uma lembrança atrativa e a total viabilidade do esquecimento.

Ou seja, dentro da perspectiva da História do Tempo Presente do autor, a última tragédia ou acontecimento de grande mobilização estrutural estabelece um marco fundamental e determinante para a investigação histórica, categorizando, desse modo, uma definição específica para a História Contemporânea. O historiador é motivado toda vez que um acontecimento significativo emerge e, com ele, a possibilidade de entendimento do passado.<sup>7</sup>

Outro historiador que fundamenta fazer-se da História do Tempo Presente é Eric Hobsbawm, em sua obra *Sobre História*. Para o autor, ao tratarmos do “nosso próprio tempo”, assumimos que a experiência vivenciada individualmente é, paradoxalmente, compartilhada e vivenciada de forma coletiva. Hobsbawm defende que o historiador assume uma posição dupla - ao mesmo tempo que analisa a experiência de outros no tempo, ele também a constitui. “*Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo*”.<sup>8</sup> É em sua obra que me apoio para estabelecer a análise proposta nesse trabalho. O objetivo desse não é, necessariamente, discutir ou investigar fatos e estratégias políticas, mas sim, aproximar a narrativa historiográfica a respeito da transição democrática brasileira do final da década de 80 do conceito de experiência, ao identificar sua historicidade, ou seja, sua dinâmica particular, propondo novos atores e influências anteriormente não abordados. Conforme o autor,

independentemente de nossa reação, a descoberta de que nos enganamos, de que não podemos ter entendido adequadamente, deve ser o ponto de partida de nossas reflexões sobre a história de nosso tempo.<sup>9</sup>

Adotando uma lente cronologicamente linear, percebe-se a confluência de um extenso fenômeno de mudança de sistema político na América Latina a partir das décadas finais dos anos 1970. Milena Petters Melo, ao abordar os processos de abertura democrática e de transição de regimes, contextualiza o fenômeno de (re)democratização

---

<sup>7</sup> ROUSSO, 2016. p 18.

<sup>8</sup> HOBSBAWM, 2013. Ibidem. p 210.

<sup>9</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2013. P 218.

em massa dos países localizados no sul global. Um dos principais apontamentos da autora é a relação intrínseca existente entre democratização e a constitucionalização dos sistemas jurídicos, que se propõem a tratar de modo amplo questões reconhecidas como direitos fundamentais e, concomitantemente, desenvolver modelos de justiça constitucional.

Melo categoriza essa experiência partilhada pelos países latinos como uma nova fase na política da América Latina, que passara a ser caracterizada por sistemas que fomentavam a tutela de direitos pelo Estado.<sup>10</sup>

Ao considerar as constituições democráticas uma das maiores engenhosidades produzidas pelas sociedades modernas passíveis de análise histórica - ainda que os historiadores tenham se afastado dessas -, Jacques Rancière aponta dois movimentos estruturais na edificação das mesmas: por um lado, a arte dos legisladores aristocratas e doutos que, atraídos pelos ideais democráticos, quiseram compor com os mesmos por considerá-los inevitáveis; dentro desse ponto, segundo o autor, pode-se observar “o trabalho de composição de forças e o equilíbrio dos mecanismos constitucionais destinado a tirar do fato democrático o melhor que se poderia tirar dele”.<sup>11</sup>

Porém, como prerrogativa para o primeiro movimento, encontra-se o esforço equivalente em conter este mesmo regime democrático “para preservar dois bens considerados sinônimos: o governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária”.<sup>12</sup> Para o autor, é através do processo de construção destas cartas constitucionais que podemos identificar as nuances, os entrelaçamentos e as configurações dos diferentes grupos que compõem a democracia liberal no Ocidente e, desse modo, identificar os desdobramentos inerentes à localização do Estado perante o capitalismo global.

Os contextos de transição e de mudanças significativas nas sociedades são, costumeiramente, marcados pelo enfrentamento de projetos e perspectivas sobre o que virá, e é justamente sob o signo e da objetificação do ser *novo*, que este se torna suscetível à contestação e a pressão exercida pelo o que é *velho*, justificada pela necessidade de legitimar-se e de manter-se em sua posição de influência e privilégio. Os

---

<sup>10</sup> MELO, Milena Petters. Constitucionalismo, pluralismo e transição democrática na América Latina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Ministério da Justiça. n. 4 (jul./dez. 2010). Brasília: Semestral. 1. ed

<sup>11</sup> RANCIÈRE, Jacques. **O ódio a democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. p 8.

<sup>12</sup> RANCIÈRE, 2014. Ibidem. p 9.



anos em que se manifestaram o processo de transição democrática do Brasil e que antecederam a Assembleia Constituinte adquiriram marcas do processo dialético entre o *velho* e o *novo*, entre a *conservação* e a *superação*.

Segundo Eli Diniz, a década de 80 configurou-se por uma espécie de (re)fundação da sociedade brasileira: “o imperativo de ruptura com o passado veio à tona, radicalizando a agenda de mudanças”.<sup>13</sup> Inserido no panorama da História como um processo, a transição democrática caracterizou-se, sobretudo, como uma *práxis*, na qual os sujeitos coletivos “mais ou menos conscientes sobre a natureza e o sentido das circunstâncias” visualizaram a possibilidade de se assegurarem no terreno da ação política.<sup>14</sup>

Como conceito que passara a ser reivindicado nesse quadro de transição, a democracia semeou-se em solo ambicioso e de grandes projeções. Remetia às suas origens epistemológicas da antiguidade - ao menos em sua roupagem popular - como o governo do povo por ele mesmo. Porém, não entendo a definição tradicionalmente eurocêntrica como suficiente para investigar sua construção na sociedade brasileira. Acredito que é preciso reafirmar e compreender a particularidade que envolve o desenvolvimento de um sistema reconhecido como globalizado – admitindo-o sinônimo de uma concepção hegemônica - como é o democrático, e esta lente de análise se inspira a partir de um olhar decolonial<sup>15</sup> de construção do conhecimento.

Torna-se importante salientar que compreendo o conceito de democracia, dentro da análise histórica, como produto das especificidades de seu contexto, principalmente no que se refere ao período definido como *Terceira Onda Democrática* -

---

<sup>13</sup> DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**: Brasil, 1985-95. Rio de Janeiro Editora, Fundação Getúlio Vargas. 1999, p 27.

<sup>14</sup> VIANNA, Werneck. **Travessia: da abertura a Constituinte**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

<sup>15</sup> Utilizo o termo decolonial, como apontado por Catherine Walsh, para justificar a linha de raciocínio que tento construir através da inspiração proporcionada por essa corrente de estudos e de análise. A fim de esclarecimento, não realizo nesse estudo uma análise decolonial. Porém, compreendo a influência e a importância dessa teoria dentro das academias latino-americanas. Seu princípio parte do reconhecimento geopolítico do lugar e do espaço, rompendo com uma tradição eurocêntrica estruturada a partir de legados coloniais e de perspectivas pré-definidas da modernidade, almejando um “outro” tipo de análise, que considere os atores políticos e sociais que se distanciam dos centros geopolíticos de produção do conhecimento. “La interculturalidad señala y significa procesos de construcción de un conocimiento otro, de una práctica política otra, de un poder social (y estatal) otro y de una sociedad otra; una forma otra de pensamiento relacionada con y contra la modernidad/colonialidad, y un paradigma otro que es pensado a través de la praxis política.” WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: \_\_ GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

que se arrastou pela América do Sul a partir dos anos de 1970 –, uma vez que a mesma possui características próprias, de seu próprio período, como a ascensão dos direitos humanos e da ideia de *consenso* – em que a democracia seria espaço de coexistência entre as diferenças, e não espaço de disputa e/ou de conflito político.

Ou seja, procuro estabelecer uma análise em que a transição democrática de 1988 seja entendida como um período a ser analisado dentro de suas próprias condicionantes, distanciando-me de leituras que acarretam heranças dos períodos anteriores, compreendendo a democracia como fadada no Brasil.

Em sua maioria, essas abordagens anteriores qualificaram o processo brasileiro de transição como mantenedor da estrutura elitista derivada de outras experiências democráticas da história do país. Porém, acredito ser necessário considerar que o fenômeno de redemocratização nos países da América Latina marcou a possibilidade de uma ressignificação em torno da ação popular, bem como a inserção de novos atores no cenário de disputa política. Partindo desse pressuposto, este trabalho não se propõe a discutir a historicidade do conceito de democracia, de modo teórico, mas sim, a historicidade da experiência brasileira, mantendo como prerrogativa algumas questões, como se o processo de democratização brasileiro do final da década de 1980 abriu espaço para a participação popular, se é possível identificar mudanças significativas ou estruturas mantenedoras a respeito da construção do conceito de democracia diante da expectativa pública, ou que tipo de democracia se almejava para o futuro após 21 anos de regime autoritário.

Nesse contexto, apresento o recorte que norteia o trabalho: a construção do cenário político-social democrático brasileiro a partir da Assembleia Constituinte de 1987-88, onde o recuo temporal para análise compreende-se na década anterior - tanto no tocante dos elementos que estabelecem fatores externos de influência, como o fim da Guerra do Vietnã em abril de 1975 e a implementação e exportação da política de Direitos Humanos pelos Estados Unidos da América no governo Jimmy Carter, bem como fatores internos, como a implementação da Lei de Anistia no Brasil, em 1979, no governo de João Baptista Figueiredo - e se estende até a promulgação da Constituição Federal brasileira em outubro de 1988.

Inserida nessa delimitação temporal, o que fundamenta essa análise e o questionamento do período em questão é a designação para o termo *historicidade*

apresentado por Rousso, em que o mesmo é considerado “uma consciência ou uma percepção de si, uma imagem subjetiva que o homem ou as sociedades têm de sua própria dimensão temporal”.<sup>16</sup> Ou seja, importa-me considerar o conhecimento e entendimento que as mulheres e homens do período apresentado produziram sobre si mesmos, tendo como objetivo evitar a redução dessa problemática a uma simples articulação entre presente e passado, por considerar que

as relações assim estabelecidas entre uma investigação sobre o mundo tal como ele é, conduzida por um sujeito singular, escrevendo sobre seu próprio tempo, pondo em ação seu olhar e sua experiência direta dos fatos, e inserindo seu propósito em uma busca da verdade enraizada no presente e voltada para o futuro, não deixa de ressoar fortemente aos ouvidos do historiador do tempo presente de hoje.<sup>17</sup>

Ramón Grosfoguel legitima o *pensamento de fronteira* como uma resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais em sua narrativa. Conforme defendido pelo sociólogo porto-riquenho, o pensamento de fronteira rompe com uma produção científica e uma tradição epistemológica eurocêntrica que esconde o lugar do sujeito (sua perspectiva local), em prol de um universalismo coercitivo. Segundo ele, “a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior”. Dentro dessa concepção, “o essencial é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala”<sup>18</sup> e essa afirmação é uma das principais justificativas que embasam a abordagem adotada nesse trabalho. Ao investigar a democracia brasileira, reconheço a imprescindibilidade de uma postura que localize a particularidade do caso dentro do pluriverso que compreende o local *latino-americano*.

Perante essas perspectivas, o presente trabalho propõe analisar a especificidade do caso brasileiro no processo de democratização após o regime autoritário iniciado em 1964. Dentro do período de reabertura do regime político, a partir do governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974- 1979) e da consolidação da alternativa democrática com o processo da constituinte em 1986-88, o objetivo é estabelecer uma análise historiográfica do período que relacione o contexto de mudança institucional no âmbito nacional, as projeções e disputas políticas que tocaram os diferentes grupos

---

<sup>16</sup> ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p 21.

<sup>17</sup> ROUSSO, 2016. Ibidem. p 45.

<sup>18</sup> GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80. 2008.

sociais e a utilização das mídias para a propagação e incentivo do retorno da participação popular nas políticas de Estado.

O primeiro capítulo, *Transição lenta, gradual e irrestrita: Olhares historiográficos*, é composto por 03 sub-capítulos. O primeiro, *A democracia como objeto de estudo*, pretende contextualizar o leitor a respeito do uso do conceito de democracia dentro desse estudo. O segundo, *A necessidade de retorno ao político e a análise particular do caso*, tem como objetivo fundamentar a discussão que norteia o retorno da historiografia ao campo político de análise, e apresenta algumas mudanças expressivas no cenário de disputa democrática, como a noção de cidadania e de participação popular. No terceiro e último sub-capítulo, *O debate historiográfico brasileiro*, parto de uma pequena seleção de autores que abordaram o processo de transição brasileiro nos mais variados âmbitos: seja a partir de um olhar inserido dentro das estruturas institucionais, como na própria estruturação do projeto de abertura de Golbery-Geisel; seja a partir dos movimentos sindicais, artísticos, intelectuais, e estudantis de resistência.

Ao apontar uma base bibliográfica, concentro-me no argumento de que a historiografia de transição ainda abre prerrogativa para inúmeros questionamentos e, em muitos momentos, silencia. Talvez, em face dos acontecimentos políticos recentes na nossa jovem democracia, esses silêncios sejam cada vez mais incômodos. Proponho-me a identificá-los e justificar a necessidade de um outro tipo de análise.

No segundo capítulo, *Um horizonte que se forma: Vislumbres democráticos*, constituído por 02 sub-capítulos, apresento as fontes utilizadas nesse trabalho: O Jornal da Constituinte e o depoimento de dois deputados constituintes, Plínio de Arruda Sampaio e Antônio Britto, afim de estabelecer uma análise inicial a partir da escolha de algumas possibilidades. No primeiro sub-capítulo, *A Assembleia Constituinte: Um chamado à participação popular*, contextualizo o processo de chamada e abertura da Assembleia, apresento seus antecedentes históricos e ressalto alguns pontos do jogo político institucionalizado. No segundo, *Mídia, comunicação e diálogo público: Uma mudança estrutural*, debato a respeito dos principais meios de comunicação escolhidos para a divulgação e publicidade dos trabalhos da Assembleia, seus usos e sua funcionalidade, apontando o que considero como principal mudança nesse processo particular de transição do país, em comparação aos anteriores. Discuto a concepção de

democracia que se projetava no cenário de participação popular, contextualizando a forma com que se impuseram alguns grupos durante a disputa política, bem como quais foram as conquistas e perdas de pautas frente ao que se esperava dessa Assembleia.

Por fim, apresento minhas considerações finais a respeito do tema, onde aponto algumas possibilidades de análise posterior. Acredito, veementemente, que muitas dessas perguntas ainda não podem ser respondidas em sua totalidade. Dessa forma, manifesto minha maior intenção no decorrer dessa análise: sugerir uma possibilidade de estudo, propondo um outro tipo de diálogo entre passado e futuro dentro da área que interroga o período e o processo em questão.

## **CAPÍTULO 1 - TRANSIÇÃO LENTA, GRADUAL E IRRESTRITA: OLHARES HISTORIOGRÁFICOS.**

Neste capítulo apresento, primeiramente, o tema da democracia como objeto de estudo dentro das Ciências Humanas. A pluralidade de possibilidades de análise concede a historiografia uma característica específica de entendimento. Desse modo, contextualizo a temporalidade e o debate envolto na conceitualização do termo, focalizando a problemática escolhida dentro de uma perspectiva singular de análise. Logo após, apresento o argumento que embasa a necessidade de um olhar particular ao caso brasileiro, através do chamado *retorno ao político*, e da apresentação das categorias de *expectativa* e *experiência* dentro desse estudo. Ao final, direciono o debate a um dos argumentos centrais que utilizo: a pouca exploração e produção historiográfica a respeito do período de transição democrática brasileira no final do século XX.

### ***1.1 – A democracia como objeto de estudo***

A virada do século XX foi palco para mudanças político-sociais na maioria dos países da América Latina. A transição simultânea para os regimes democráticos fora a escolha efetuada por países como o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai e estes cenários proporcionaram fontes de estudo entre as Ciências Humanas como a Sociologia, a Filosofia, a Ciência Política e as Ciências Sociais. Cada uma dessas áreas tem contribuído de forma massiva no que diz respeito ao debate sobre a democracia, desde a polissemia de seu conceito, até a sua estruturação e a composição de suas estratégias políticas. Seja dentro do método de análise comparada ou partindo do contexto individual, consolidou-se chamar de “Terceira Onda Democrática” no

Ocidente esse fenômeno político de grande abrangência territorial, partindo da perspectiva desenvolvida, primeiramente, por Huntington. Segundo o autor, ao admitir que a história não possui um caráter linear, é preciso considerar que mudanças políticas existam dentro desta mesma lógica – não se encaixando em delimitações temporais perfeitas. Desse modo, a concepção de movimento em ondas seria a mais adequada para entender o fenômeno da democratização, permitindo o diálogo entre condicionantes internas e externas de influência<sup>19</sup>.

Desse modo, uma parte da literatura que se debruçou a partir da noção de Terceira Onda Democrática nos países da América do Sul fundamentou-se, principalmente, nas discussões e nas possíveis definições para o conceito de democracia, dentro de um contexto que rompia com a tradição epistemológica que remetia o ideal democrático à antiguidade, na pólis grega. Propuseram, então, uma análise que adotasse o conceito dentro de uma percepção *realista*: como uma variável dependente de condições facilitadoras ou inibidoras de consolidação. Dentro desta noção, seriam interrogadas as influências externas nas relações entre cada país, bem como a particularidade de cada processo de transição, como é possível perceber nas obras dos cientistas sociais Joseph Shumpeter e Robert Dahl. Porém, para estes autores, a democracia como sistema político fora adotada através de uma modelagem importada<sup>20</sup>.

Orlando Villas Bôas, ao abordar o tema inserido em uma perspectiva do Direito, disserta a respeito da polissemia que envolve o conceito de democracia e argumenta que essa suposta imposição ou exportação do sistema expandiu-se no Ocidente a partir do século XIX: “Os regimes políticos que hoje se caracterizam como democráticos compreendem-se como originários, direta ou indiretamente, das revoluções políticas do final do século XVIII, sobretudo a francesa e a americana.” Ou seja, o regime democrático construiu-se, em sua perspectiva teórica e prática, após a queda ou a ruptura com períodos de autoritarismo. Porém, o primeiro delineou-se conforme suas próprias particularidades. Conforme o autor, a democracia configurou-se, progressivamente, como a principal forma de legitimação do poder político e seu êxito

---

<sup>19</sup> HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática. 1994 p 23.

<sup>20</sup> PALASSI FILHO, Arlindo. **Teoria contemporânea da democracia: as visões de Schumpeter e Dahl**. **Em Tese**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 127-141, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2016v13n2p127/33066>>. Acesso em jun. 2018.

estaria associado à junção certa com o capitalismo: “o modelo da democracia liberal teria se difundido por todo o mundo de modo a figurar como o único concebível.”<sup>21</sup>

Dentro do campo historiográfico, a invocação de um advento que ressignificou a democracia ocidental também admite, perante uma análise baseada no materialismo histórico, a Revolução Americana, o desenvolvimento do capitalismo e a totalidade da experiência estadunidense como marco fundamental para compreensão dos moldes democráticos atuais. Ellen M. Wood, ao historicizar o conceito de cidadania e o de democracia - salientando a singularidade que compôs a transformação de cada um desses -, admite a importância das Constituições ou Cartas Magnas, bem como argumenta que estes documentos podem ser compreendidos como fundadores de uma espécie de pacto entre governantes e governados:

Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificariam, e simultaneamente limitariam, o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado. [...] Foram os antidemocratas vitoriosos nos Estados Unidos que ofereceram ao mundo moderno a sua definição de democracia, uma definição em que a diluição do poder popular é ingrediente essencial. Se as instituições políticas americanas não chegaram a ser imitadas por toda parte, a experiência americana deixou um legado universal.<sup>22</sup>

Assim como para o historiador Jacques Rancière:

a crítica da democracia conheceu duas grandes formas históricas. Houve a arte dos legisladores aristocratas e doutos, que quiseram compor com a democracia, considerada um fato intornável. A redação da Constituição dos Estados Unidos é o exemplo clássico desse trabalho de composição de forças e equilíbrio dos mecanismos institucionais destinados a tirar do fato democrático o melhor que se podia tirar dele, mas ao mesmo tempo contê-lo estritamente para preservar dois bens considerados sinônimos: o governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária. [...] as leis e instituições da democracia formal são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa.<sup>23</sup>

Nesse primeiro momento, interessa-me ressaltar que a análise historiográfica abordada nesse trabalho estabelece relações diretas ao desenvolvimento do capitalismo

---

<sup>21</sup> FILHO, Orlando Villas Bôas. **Democracia: A polissemia de um conceito fundamental**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 108. 2013, p 652.

<sup>22</sup> WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. p 185.

<sup>23</sup> RANCIÈRE, 2014. p 8.

no Ocidente, sendo totalmente necessária a vinculação entre a estruturação dos ideais democráticos e suas traduções de materialidade em plena associação com os designs do capital. Essa perspectiva é adotada com a finalidade de que se compreenda a particularidade de sua significação dentro de cada contexto histórico. Seja a partir de uma análise crítica ou apenas de descrição de conjuntura, admito que falar de democracia dentro da delimitação temporal de transição, como a da denominada Terceira Onda Democrática, é falar sobre o a estruturação proporcionada pelo capitalismo, mais especificamente, o neoliberalismo.

Partindo de um âmbito de escala mundial, ao considerar o desenrolar e os anos finais da Guerra Fria (1945-1991) - exaltada como o sistema político contrário ao autoritarismo e às revoluções ideológicas -, a democracia foi “entendida como uma sociedade governada por um Estado que assegurava a liberdade dos indivíduos e a participação da maioria na vida pública”. Em exaltação aos direitos humanos e avessa aos regimes que negavam direitos individuais e as formas constitucionais de expressão coletiva, como a proporcionada por eleições livres e pela liberdade de associação e de expressão, a democracia liberal no Ocidente delimitou: “o Estado total era o Estado que suprimia a dualidade do Estado e da sociedade, estendendo sua esfera de exercício à totalidade da vida de uma coletividade”<sup>24</sup>.

### ***1.2 – A necessidade de retorno ao político e a análise particular do caso.***

Dentro de uma perspectiva que admite o âmbito geral e universal, torna-se necessário admitir que diversos conceitos interferiram e modificaram a noção de democracia a partir da década de 1980. A noção de cidadania, de participação popular, de retorno às arenas deliberativas públicas e de rompimento com o autoritarismo exacerbado das décadas anteriores são fatores que não podem ser desconsiderados. Como ressaltado por Villas Bôas, ao discutir a obra de Pierre Rosavallon - que determina como traço fundamental do desenvolvimento da democracia nos recentes regimes democráticos a implicação da participação dos cidadãos nas decisões que lhes concernem -, afirma:

o próprio termo “democracia participativa”, utilizado a partir dos anos 1980, serviria para qualificar tal inovação. A democracia participativa corresponderia, assim, a uma demanda social que expressaria a

---

<sup>24</sup> RANCIÈRE, 2014. Ibidem. p 21.



tendência crescente dos cidadãos de não se contentarem mais em simplesmente eleger seus representantes assinando-lhes um “cheque em branco”.<sup>25</sup>

Nesta mesma década colocou-se em questão a oposição sacramentada entre democracia e totalitarismo. Hobsbawm foi um dos historiadores a apontar como estes conceitos não seriam totalmente dicotômicos, conforme o estabelecido ou o imaginado. Ao discutir os regimes autoritários na América do Sul, o autor ressalta o caso da Colômbia, que

nunca esteve sob o poder de militares ou de *caudillos* populistas por mais do que breves momentos. E, no entanto, embora o país não tenha se envolvido em guerras internacionais, o número de pessoas assassinadas, mutiladas e expulsas de suas casas nos últimos cinquenta anos chega a milhões. Esses números são, por certo, incomparavelmente superiores aos de qualquer outro país desse continente notoriamente infestado de ditaduras militares. [...] A folha de serviços da democracia é essencialmente negativa. Mesmo como alternativa a outros sistemas, ela só pode ser defendida com um suspiro de resignação.<sup>26</sup>

A afirmação de Hobsbawm a respeito do caso colombiano é pontual ao relembrar a importância das conjunturas locais, que não devem ser desassociadas de nenhuma leitura ou análise que se pretenda mais aprofundada sobre o desenvolvimento de tais sistemas, uma vez que elas fundamentarão a particularidade de cada caso. Desse modo, questiona-se o caráter democrático que se estabeleceu no período de transição brasileiro após os 21 anos de regime militar. Se, em um primeiro momento o desejo era de romper com o autoritarismo - reafirmando a democracia como o ápice sistêmico da igualdade e dos direitos humanos -, como é possível compreender os desafios enfrentados na contemporaneidade, assumindo sua condição de historicidade?

Moisés Stahl, ao abordar a dinâmica ocorrida dentro dos pilares historiográficos, relembra o resgate necessário entre a História e o Político. Segundo o autor, após o advento da Escola dos Anais e sua crítica contundente à prática da escrita histórica que estava voltada ao político, às instituições, e aos indivíduos em sua particularidade, o campo relegou-se ao ostracismo. É a partir da segunda metade do século XX, após décadas de disputa e aprendizagem entre História e outras Ciências

---

<sup>25</sup> FILHO, Orlando Villas Bôas. **Democracia: A polissemia de um conceito fundamental**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 108. 2013, p 653.

<sup>26</sup> HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2007, p 100-101.

Humanas, que se passa a reivindicar o retorno ao político<sup>27</sup>. Stahl, ao dissertar a respeito da perspectiva historiográfica brasileira, visita a obra de José Murilo Carvalho a fim de elucidar a questão:

Todavia, a volta do político não foi o retorno à antiga história política, concentrada em instituições, eventos, governantes, isto é, à história desconectada da ciência social. O domínio do político espalhou-se, “em parte devido à contribuição de Foucault”, aponta Carvalho. A partir disso, multiplicaram-se os atores estudados e os tipos de abordagem. O retorno é bem vindo “na medida em que retoma a ideia de que o homem faz sua história e não é simples joguete de forças macrossociais”.<sup>28</sup>

A problemática que proponho nesse trabalho parte, principalmente, de um perceptível esvaziamento do debate historiográfico a respeito do período de transição brasileiro, no que toca aos setores que possam contextualizar e, talvez, elucidar o incômodo suscitado pelos eventos políticos recentes. Desse modo, reivindico o chamado retorno ao político por parte da história e da historiografia, em acordo com o exposto por René Rémond:

Hoje em dia, nos damos conta de que qualquer sistema, por mais esclarecedor que seja, é incompleto, que a realidade é mais rica e mais complexa que todos os sistemas. [...] Dito isso, o político não deve ser exclusivo. Ele não é sempre determinante e imutável. Deve-se evitar isolá-lo. Não se deve reconstituir, em proveito do político, a sacralização da qual outros fatores se beneficiaram.<sup>29</sup>

Como argumenta Henry Rousso, o fazer da História do Tempo Presente parte da admissão de que o presente, em si, possui uma certa densidade e que, por este motivo, não pode ser resumido a uma efemeridade que se compreenderá de forma repentina: “trata-se de restituir uma genealogia, de inserir o acontecimento em uma duração, de propor uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante”<sup>30</sup>. Concomitantemente, a partir de um diálogo estabelecido entre Rémond e Rousso, percebo o retorno ao político como posicionamento fundamental para análise, por entender que este também pode ser um objeto de conhecimento científico.

---

<sup>27</sup> STAHL, M. História Política, História do Político: ostracismo, retorno e debate. **albuquerque** – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 6-23.

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo. “Entrevista”. In MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. (Orgs.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: editora 34, 2007, p. 171-172 apud STAHL, M. Op. Cit. p. 14.

<sup>29</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p 56-57.

<sup>30</sup> ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p 237.

René Rémond argumenta a respeito da associação comum e, por vezes descabida, entre História do Presente e História Política. Para o autor, o interesse pelo político não é próprio da história recente. Por este motivo, é necessário que se atente à intersecção possível entre os dois campos. Afirmo a concomitância das duas abordagens nesse estudo, pois, conforme o autor, a história do político também pode incluir o estudo das estruturas, através do viés das instituições. Para ele, o campo político carrega o peso do passado na memória consciente ou inconsciente. Desse modo, o autor salienta o elo que pode ser estabelecido entre a história política e a do tempo presente:

É necessário distinguir as duas noções: o fato não é o acidente e não se limita a superfície das coisas; ele introduz a nossa visão a contingência e isto é de grande importância. O historiador do presente é necessariamente mais atento ao fato e a sua experiência pode ser útil a todos os historiadores aos quais ele lembra o peso da contingência na história - O historiador é sempre tentado a introduzir *a posteriori*, no desenrolar da história uma racionalidade, mesmo que ela não exista.<sup>31</sup>

Diante da perspectiva de que todo ato histórico realiza-se na experiência e na expectativa dos agentes e ambas as categorias são aptas para tratar do tempo histórico, esta pesquisa parte do entendimento de que o historiador, ao dialogar com outros intelectuais das Ciências Humanas, como cientistas políticos, sociólogos, jornalistas, antropólogos, etc., capacita a abertura da prática histórica sobre outras práticas, permitindo novos olhares, questionamentos e entendimentos sobre a relação do tempo e a historicidade. Esse panorama, uma vez ampliado, pede que o historiador volte a si mesmo, tendo consciência da sua própria posição no tempo em que vive “[...] por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre as relações respectivas do presente, do passado e do futuro operacionaliza a possibilidade de construção de histórias”<sup>32</sup>. O historiador deve ser capaz de analisar o contexto onde o fato histórico acontece, bem como capaz de considerar como o fato se relaciona com a realidade das pessoas e como as mesmas reagem a ele em uma determinada conjuntura.

Os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história. É isto que os caracteriza dentro de uma linguagem. Mas, em virtude da diferença que destacamos, eles possuem um modo de ser próprio, a partir do qual influem sobre as diversas situações e acontecimentos,

---

<sup>31</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p 54-55.

<sup>32</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p 37-39.

ou a elas reagem. Quando se analisam conceitos passados cujos termos ainda poderiam ser os nossos, podemos ter uma idéia das esperanças e anseios, das angústias e sofrimentos dos contemporâneos de então. E mais, tornam-se manifestos, para nós, a extensão e os limites da força enunciativa dos testemunhos lingüísticos do passado. Poderemos avaliar o espaço da experiência e da expectativa passadas, na medida em que ele pôde ser apreendido conceitualmente dentro da economia lingüística do passado e foi efetivamente articulado na linguagem das fontes.<sup>33</sup>

Baseando-se em tal linha de raciocínio, o presente trabalho se propõe a identificar as principais narrativas históricas a respeito da transição democrática brasileira e, a partir dos apontamentos originados no diálogo estabelecido entre essas, apontar novas possibilidades de análise e interrogação historiográfica, que considerem os diferentes atores e as condicionantes específicas de seu próprio contexto. O objetivo é buscar sustentação nas correntes de pensamento que impulsionam uma produção científica feita *a contrapelo*<sup>34</sup>, onde os próprios sujeitos possam falar sobre sua história e serem admitidos como agentes<sup>35</sup>, ligados à suas experiências e expectativas<sup>36</sup> específicas.

### ***1.3 – O debate historiográfico brasileiro***

É nessa relação de troca intermitente entre um tempo passado e um possível tempo futuro que se encontram duas categorias de análise que admito como fundamentais para a presente discussão: experiência e expectativa, como definidos por Kosseleck,

na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa; também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro

---

<sup>33</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos: Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006. p 268.

<sup>34</sup> BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Mágia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. p 225.

<sup>35</sup> Adoto, nesse momento, a categorização elaborada por Edward Palmer Thompson, ao atribuir um novo valor à prática social das mulheres e homens em seu contexto. Para o autor, a historiografia retirou o caráter de ação histórica inerente aos mesmos em sua relação com o tempo: “Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores.” THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 57.

<sup>36</sup> Conceitos que apresentarei no decorrer desse trabalho, partindo da perspectiva de Reinhart Koselleck.

presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. Apesar de se relacionarem, não são conceitos simétricos complementares, que coordenam passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas. [...] Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência.<sup>37</sup>

A primeira categoria apresentada por Koselleck remete a uma noção aproximada ao que seria a de “herança”. A *experiência* fala do passado-presente, do qual se tem conhecimento e que se é possível lembrar. Ainda que não vivenciada por aquela geração em específico, a mesma se manifesta e interfere no que se anseia experimentar, transformar ou manter. Através dela se podem identificar estruturas, padrões de raciocínio e até mesmo comportamentos inconscientes, expressados ou não intelectualmente. Tal acúmulo participa ativamente da projeção criada pela expectativa, porém, não a determina. A *expectativa* relaciona-se com o futuro-presente, do qual se é possível racionalizar, porém, ainda não aconteceu. É a amplidão de probabilidades temporais que circundam a expectativa que a identificam como possibilidade, como esperança ou querer – mesmo que esta se estruture racionalmente. Desse modo, ainda que compartilhada interpessoalmente, ela se liga à particularidade material de cada indivíduo.

Perante a análise histórica, experiência e expectativa são duas categorias “adequadas para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.”<sup>38</sup> Ou seja, conforme propõe o autor, determinadas experiências e expectativas só podem ser fruto de uma sociedade em *específico*, pois remetem às condicionantes de um tempo e espaço simultaneamente específicos.

Tais categorias encontram-se com a abordagem utilizada pelo historiador Francisco Carlos Teixeira, ao dissertar sobre a particularidade do processo de transição democrática brasileiro dentro de uma perspectiva latino-americana. Reforçando a importância de se conhecer os atores e condicionantes de cada ruptura particularmente,

---

<sup>37</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos: Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006, p 309-310. Torna-se importante salientar a diferença existente entre as perspectivas de Reinhart Koselleck e Edward Palmer Thompson a respeito das categorias de experiência e expectativa. Admito, nesse estudo, uma escolha teórica entre ambas abordagens.

<sup>38</sup> *Ibidem*. p 309-310.

uma vez que as décadas de 1970-80 protagonizaram uma mudança de cenário que abrangeu quase que completamente o território em questão, o autor propõe uma nova forma de se analisar historicamente tais contextos.

Rompendo com uma tradição historiográfica que incessantemente buscou nos primórdios civilizatórios de cada nação as causas para cada crise política, ele se posiciona contra uma leitura linear do tempo, desassociando-se do pungente estado patológico e de atraso ao qual os Estados da América Latina constantemente são rotulados.<sup>39</sup>

Conforme apontado por Francisco Carlos Teixeira, a transição entre o governo autoritário militar e o estabelecimento de uma democracia formal, foi marcada pela existência de um projeto de abertura institucional, que visava inserir o Brasil num Estado de Direito – o *Projeto Geisel-Golbery*. O autor disserta sobre outras tentativas de abertura política no período compreendido entre 1974 e 1985. Entre os propositores anteriores estariam os generais Castello Branco e Médici e suas noções estratégicas estenderam-se ao projeto Geisel-Golbery, atribuindo a este a característica mais difundida pela historiografia: o ritmo da saída do regime autoritário se daria de forma lenta, gradual e segura<sup>40</sup>.

Carlos Fico complementa a argumentação: Para ele, o projeto de Geisel não surgiu do “nada”, concordando com Francisco Carlos Teixeira ao apontar que esse processo tivera raízes em tentativas anteriores de *institucionalização com base constitucional*. Como exemplos concretos destas prerrogativas, estariam os Atos Institucionais, que implicavam em tornar mais rigoroso o Estado de Sítio e instrumentos assemelhados. Ou seja, para ambos os autores, o Projeto Geisel-Golbery decorreu a partir do acúmulo histórico das experiências vivenciadas anteriormente<sup>41</sup>:

Muitos analistas sustentam que o projeto inicial de Geisel foi modificado pela pressão da sociedade. Suzeley Kalil Mathias, que defende, como eu, a existência do projeto de Geisel, julga, entretanto, que a anistia e a reforma partidária decorreram da necessidade que o governo teve de “negociar reformas e ampliar limites” (MATHIAS,

---

<sup>39</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil**, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N (orgs). 2ª ed. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P 248.

<sup>40</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. 2007. p 256.

<sup>41</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. P 56.

1995, p. 143). Entretanto, a dissolução dos partidos vinha sendo discutida por Geisel e Golbery desde pelo menos 1975, tanto quanto o fim do AI-5 e a anistia (GASPARI, 2004, p. 89-91). Ou seja, o projeto de Geisel estava delineado desde o início de seu governo e previa todas essas etapas, sendo as mais importantes a autoanistia, o enfraquecimento do MDB com o fim do bipartidarismo e a escolha de novo presidente militar por via indireta.<sup>42</sup>

Porém, ambos os autores discordam em um ponto principal: a influência dos movimentos de massa no processo de redemocratização. Para Carlos Fico, manteve-se o projeto original. Para Francisco Carlos Teixeira, os caminhos que levaram até a Constituição de 1988 foram resultado de um processo dialético, que contou como fator determinante a pressão popular e a resistência opositora. A historiografia a respeito desse contexto em específico tem se mostrado vaga e, até certo ponto, silenciosa. Onde estava o povo? Como pode ser identificada a sua noção e projeção de democracia? Como a experiência autoritária moldou a expectativa construída no imaginário social?

Edward Palmer Thompson, ao dissertar sobre a formação da classe operária inglesa, elabora um conceito que considero primordial para exemplificar estas questões. Trata-se do “*fazer-se*”. Thompson utiliza o termo para falar sobre a formação da consciência de classe inglesa no século XVIII, porém, acredito ser possível aplicá-lo perante a esses questionamentos.

O *fazer-se* fala sobre um processo ativo que se deve, exclusivamente, à ação humana<sup>43</sup>. Essa definição reafirma o caráter participativo e constitutivo dos indivíduos perante aos grandes processos de transformação no *status quo*. O homem, principal objeto da História, tem sua ação social e a sua própria existência, exaltada. Aproximando esta noção do caso brasileiro, é preciso que se pergunte como os indivíduos conscientemente manipularam e agiram a respeito da escolha pela democracia como modelo de Estado a ser adotado e, dentro desta perspectiva, como os diferentes grupos sociais se articularam e exigiram suas pautas.

Marcos Napolitano, ao dissertar sobre o lugar da cultura dentro do regime militar, critica a rotulação de “ditabranda” por parte de profissionais que apenas observaram superficialmente o processo, afirmando que a cultura foi o “calcanhar de Aquiles” da ditadura. Projetada para atender os interesses do capitalismo e da

---

<sup>42</sup> Ibidem. p 56.

<sup>43</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. p 9.

democracia liberal alicerçada nos moldes norte americanos, o regime voltava-se para a classe média e tinha nela seu principal ponto de apoio:

A cultura e a liberdade de expressão eram os pontos mais sensíveis para amplos setores dessa classe, da qual provinham os artistas e quadros intelectuais mais reconhecidos da época. Não por acaso, o Ato Institucional e a perseguição a intelectuais foi prontamente criticada. A partir deste conjunto de impasses e contradições, podemos esboçar um quadro geral de como o regime militar se relacionou com a vida cultural brasileira entre os anos 1960 e a parte dos anos 1980. Esta relação se deu de forma direta e indireta. Direta, pois o regime desenvolveu várias políticas culturais ao longo de sua vigência. Indireta, pois a cultura se beneficiou também das políticas gerais de desenvolvimento das comunicações e do estímulo ao mercado de bens simbólicos, visando à “integração nacional”. Para os militares, a cultura era subsidiária de uma política de integração do território brasileiro, reforçando circuitos simbólicos de pertencimento e culto aos valores nacionais, ou melhor, nacionalistas<sup>44</sup>.

A partir desta colocação do autor, que contextualiza a produção cultural e intelectual do período como ligadas principalmente às classes mais abastadas, levanto a hipótese de que a percepção de democracia representada por este grupo enquadrava-se especificamente: envolta aos grandes debates teóricos e conceituais, os cantos de resistência e de apelo à democracia estariam ligados aos diálogos que envolviam o surgimento da pauta dos Direitos Humanos - pós Vietnã -, às eleições diretas, à liberdade de imprensa e de expressão, contra todo tipo de autoritarismo. Identificar qual grupo defendia essas pautas não significa negligenciá-las, mas sim, reconhecer sua origem e extensão de representatividade.

Dessa forma, quais seriam as pautas da população afastada das artes e da produção intelectual? Marco Aurélio Santana aponta o final da década de 1980 como um *período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este ator na cena política nacional*. Identificando dois momentos distintos na reinserção desse grupo, o autor considera que o mesmo sempre esteve em movimento, ainda que em face de condições tão adversas de manutenção. Sua análise parte dos fatores internos desse movimento, de suas forças constitutivas, suas pautas ideológicas e seu próprio modo de organização e de prática<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. P 98-99.

<sup>45</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N (Orgs.). 2ª ed. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p 285-286.



Outro grupo também precisa ser considerado, conforme as palavras de Pedro Henrique Campos:

No movimento de aprofundamento e extensão do processo de acumulação capitalista no Brasil verificado no período, empresas brasileiras e estrangeiras de setores como comunicações, indústria e finanças foram fartamente favorecidas pelas políticas públicas adotadas após o golpe de Estado e conseguiram se consolidar como grandes grupos, inclusive se posicionando na forma de oligopólio ou monopólio em seus setores de atuação. Ao lado de outros ramos da economia brasileira, a construção civil percebeu uma ascensão inédita no período. [...] As empresas que começavam a assumir uma feição nacional às vésperas do golpe assumiram no final da ditadura o patamar de conglomerados econômicos - com tentáculos em diversos setores da economia para além da construção civil - organizados na forma de oligopólio no mercado nacional de obras públicas e dotados de atividades internacionais, visto que elas começaram a tocar obras fora do Brasil desde os finais da década de 1960. A ditadura proporcionou um ambiente ideal para as atividades e para os lucros dos empreiteiros brasileiros.<sup>46</sup>

Edson Teles e Vladimir Safatle, ao apresentarem os argumentos que fundamentam sua percepção sobre a continuidade das estruturas moldadas no período autoritário, afirmam que esta utiliza como principal estratégia o esquecimento que, por sua vez, poderia se desdobrar entre um mero silêncio ou até o modo que direciona as condicionantes do presente a um passado longínquo<sup>47</sup>.

Os autores defendem a ideia de que uma ditadura se “mede” através daquilo que ela deixa no presente. Entre suas justificativas, está a banalização do uso da tortura pelos aparelhos de polícia civil-militares na atualidade e a capacidade das autoridades de reduzir a legalidade à dimensão da aparência. Ao apontar inúmeros fatores, os autores concluem: “Isto não significa em absoluto cometer o erro primário de confundir nossa semidemocracia com uma ditadura, mas trata-se de lembrar de onde vem o que impede nossa experiência democrática avançar”.<sup>48</sup>

Os argumentos dos autores remetem ao imenso abismo e à gritante desigualdade social existente no Brasil contemporâneo. As práticas institucionais, as constantes crises políticas e econômicas, a vulnerabilidade do poder, a sensação de falsa representação política, a corrupção, e tantos outros fatores de insatisfação nos fizeram

---

<sup>46</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Estranhas catedrais”: empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: UFF, 2015. p 2.

<sup>47</sup> TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p 9.

<sup>48</sup> TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir. Op. Cit. 2010. p 11-12.

questionar a respeito da interrelação entre os diferentes períodos históricos, bem como as permanências desse passado recente.

Aníbal Quijano, ao aproximar a teoria decolonial dos processos de democratização na América Latina a partir dos anos 1970, argumenta que

Dois elementos condicionaram, sem dúvida, de modo decisivo esses processos. Em primeiro lugar, o novo padrão de poder tinha caráter moderno, mas capitalista. Portanto, não só a racionalidade e a modernidade, mas também a desigualdade social, a exploração e a dominação lhe são constitutivas. O mercado, em consequência, operava como piso da igualdade, mas ao mesmo tempo como seu teto, ou seja, como seu limite. O mercado põe em situação formal de igualdade agentes de desiguais condições sociais. Da mesma maneira, o foro individual não podia ter a mesma ilimitada autonomia para todos os indivíduos em qualquer das áreas de existência social onde o poder estava comprometido: o sexo, seus recursos e seus produtos, em primeiro lugar.<sup>49</sup>

A perspectiva adotada por Quijano propõe um novo modo de interpretação dos contextos sob os quais o homem está inserido, dentro do mundo Ocidental. A partir das especificidades implícitas ao mundo capitalista e ao fenômeno da globalização desde o final do século XX, o autor ressalta as estruturas envoltas nos processos de democratização dos países de capitalismo dependente, como o Brasil:

A democracia se constituía, assim, na área central do conflito de interesse de acordo com o novo padrão de poder. Todo o processo histórico deste padrão específico de poder tem consistido no contínuo desdobramento dessa contradição: de um lado, os interesses sociais que pugnam, todo o tempo, pela contínua materialização e universalização da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social. Por outro lado, os interesses que pugnam por limitá-las e, enquanto fosse possível, reduzi-las, ou melhor, cancelá-las, exceto para os dominantes. O resultado até agora tem sido a institucionalização da negociação dos limites e das modalidades de dominação, e a cidadania é sua expressão precisa. Dos limites da cidadania, depende a negociação dos limites e das modalidades da exploração. O universo institucional que resultou dessas negociações é o chamado Estado-nação moderno. Isso é o que se conhece como democracia no atual padrão de poder.<sup>50</sup>

A principal crítica desse autor se dá aos moldes em que as democracias foram instaladas na América Latina, em especial no Brasil, expondo os Estados-Nação europeus como modelo a ser alcançado em países onde o capitalismo se desenvolvia de

---

<sup>49</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, n° 37. 2002. P 14. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812> >. Acesso maio de 2018. p 14.

<sup>50</sup> QUIJANO, Aníbal. *Ibidem*, p. 16.

modo dependente e condicionado. Dessa forma, só restaria à democracia o papel de negociadora, institucionalizando condições e estabelecendo limites para diferentes modalidades de exploração e dominação. A conquista da democracia, dentro desta perspectiva, fora totalmente condicionada e submissa aos ditames do capital internacional. Essa perspectiva de análise propõe que percebamos nossa localização no cenário político e econômico mundial e que reconheçamos a materialidade de nossa realidade nessa escalada, estabelecida pela projeção de uma sociedade que seja igualitária.

Ou seja, o argumento que levanto é de que a transição democrática brasileira se deu em um contexto de ampla disputa política, fosse essa de maior ou menor influência na estruturação da Carta Constitucional, marco do fim da transição. A tradição historiográfica manteve, desse modo, seu olhar voltado para os grandes e expressivos atores daquele quadro político específico – o que, de nenhuma forma, me posiciono de modo contrário. Porém, considero viável a possibilidade de lançar um olhar que interroge a movimentação, a apropriação e o uso das ferramentas disponibilizadas pelas populações afastadas dos grandes centros de concentração política.

É possível identificar o horizonte de expectativas democráticas que se projetou no contexto sócio-político brasileiro? Como experiência e expectativa se entrelaçaram nesse quadro? Quais os usos dos instrumentos democráticos recém inseridos ao povo demonstram o estabelecimento de um melhor diálogo e o cumprimento de sua proposta democratizante?

Após estas considerações, é necessário atentar para novas possibilidades de abordagens e de análises de processos históricos que ainda permanecem em aberto, tal como é o período de transição democrática no Brasil Contemporâneo, que percebam atentamente os diferentes extratos sociais e sua relação com o contexto. Considerando a crise política econômica e social brasileira iniciada em 2016, torna-se possível considerar que o processo de democratização ainda não está completo, reafirmando seu caráter lento e gradual não apenas em seu contexto de transição.

## **CAPÍTULO 2. UM HORIZONTE QUE SE FORMA: VISLUMBRES DEMOCRÁTICOS**

O presente capítulo pretende contextualizar o cenário político-social brasileiro antes e durante a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, identificando signos e levantando possibilidades a respeito do seu processo de instauração e o alcance de sua ação. Com o intuito de objetivar o processo de substituição da institucionalidade autoritária pela democrático-liberal<sup>51</sup>, interessa-me pontuar eventos antecedentes que inseriram, lentamente, a democracia como alternativa viável dentro do quadro brasileiro. Para isso, considero necessária a abordagem e o uso de diferentes fontes que fundamentem a discussão. A partir de uma breve análise das mídias de comunicação, do apontamento de eventos políticos e do uso de depoimentos de deputados constituintes, estabeleço uma análise principal dentro desse estudo.

Como ponto a ser ressaltado, compartilho da análise de transição realizada por David Maciel em sua tese de doutorado, em que o autor expõe a compreensão de que o processo de transição política tivera se iniciado ainda na vigência da ditadura militar, por iniciativa do próprio governo em questão e pela dinâmica particular que caracteriza o processo de disputa política. Dentro desse quadro, admite-se que a transição institucional teve seu ápice na construção da nova Constituição da República de 1988 e sua consolidação na eleição direta para presidente em 1989.<sup>52</sup>

A retirada militar do governo brasileiro em seu período autoritário passou a estabelecer-se a partir do mandato de Ernesto Geisel. A historiografia<sup>53</sup> que aborda o governo do presidente militar aliado de uma linha moderada, a chamada “Castelista”, traça um cenário de desintegração, crise, e de um pacto estabelecido com as classes mais ricas a fim de garantir sustentação através da reafirmação com o capital estrangeiro. Esse cenário se estende até o fim do mandato do último presidente militar, João Baptista Figueiredo.

Considerada como a década perdida, os anos de 1980 tiveram como plano de fundo uma grande crise econômica e hegemônica, atingindo tanto o bloco que se

---

<sup>51</sup> MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise** (1985-1990). Tese de Doutorado – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008. p 14.

<sup>52</sup> *Ibidem*. p 12.

<sup>53</sup> Neste momento, refiro-me a análise historiográfica dos autores já citados nesse trabalho: Francisco Carlos Teixeira, Carlos Fico e Daniel Aarão Reis.

mantinha no poder, quanto as mais variadas camadas sociais. O binômio inflação/recessão foi entendido como reflexo de uma política distributiva de renda ineficaz, impulsionadora da instabilidade econômica do país:

A edição de um programa desenvolvimentista com um perfil reformista, mais distributivista e menos dependente, chocava-se com o próprio colapso do modelo desenvolvimentista operado pela Ditadura Militar e com o agravamento da crise econômica, somada à inserção progressiva da economia brasileira no cenário mundial. As disputas e vacilações das diversas frações burguesas, principalmente do capital monopolista, e do próprio governo quanto ao programa econômico a ser seguido indicam a própria falta de unidade do bloco no poder nesta questão e as distintas perspectivas de solução da crise alimentadas por suas frações.<sup>54</sup>

Toma-se como questão unívoca o âmbito econômico, que perpassou todos os porquês que levaram ao fim do período autoritário. Desde a crise econômica, a crise de autoridade e de legitimação do governo militar, pela existência de um plano pré-definido e estabelecido como fim principal, ou pela complexidade do capitalismo mundial. A perspectiva que reivindico nesse estudo é que a abertura se deu pois se tornara insustentável, principalmente ao tomarmos como prerrogativa o interesse das elites econômicas em modernizar o capitalismo dentro do Estado brasileiro, através das novas roupagens que o liberalismo econômico assumira no período, pois

se em 1964 as reformas de base eram uma ameaça ao capital internacional, justificando intervenções militares em toda a América Latina, em 1979 o fim do milagre econômico, crise do petróleo e a redução da “ameaça comunista” demandavam formas de governo menos autoritárias e mais liberais. Nessa linha, a transição do regime autocrático de 1964 para o regime democrático de 1988 se configuraria mais pela continuidade do que pela ruptura.<sup>55</sup>

Porém, dentro de um aspecto político-social - principal objeto desse trabalho -, admito como necessária a estipulação de um recuo temporal um pouco maior para análise, anterior à década de 1980, ainda que compreenda a importância e a inter-relação entre esses diferentes domínios.

Daniel Aarão Reis, ao finalizar sua análise sobre o período autoritário, nos deixa uma reflexão pertinente:

A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, consolidou esse quadro. No debate que se instaurou a seu propósito, quando a sociedade brasileira teve uma primeira oportunidade de exercitar a memória sobre o passado recente,

---

<sup>54</sup> MACIEL, 2008. p 15.

<sup>55</sup> SANTANA, Leonardo Campos Paulistano. LUZ, Vladimir de Carvalho. A Lei de Anistia (6.683/79) no contexto de transição democrática e a sua interpretação histórica pelo Supremo Tribunal Federal (**ADPF nº 153**). p 07. Disponível em: < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f2a40c043c478051> >. Acesso em Junho de 2018.

afirmaram-se algumas interessantes *(re)construções históricas*, verdadeiros *deslocamentos de sentido* que se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos objetivos, e não a versões consideradas apropriadas por seus autores. [...] A sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em corpo estranho. Redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, apareceu como permanentemente hostilizada por aquela. Apagou-se da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo da abertura lenta, segura e gradual. Um político imaginativo empregou então uma curiosa metáfora: o povo brasileiro, macunaimicamente, comera lentamente a ditadura, mastigando-a devagarzinho, a digerira e se preparava agora para expedi-la pelos canais próprios. Um verdadeiro achado. A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera.<sup>56</sup>

Diante da perspectiva exposta por Daniel Aarão, pode-se perceber que a Lei de Anistia de 1979 teve amplos efeitos imediatos. Primeiro, é preciso considerar que os elementos que compuseram o processo de abertura política são identificados sob um conglomerado de componentes – como a reforma de instituições executoras de violações dos direitos humanos, o anulamento de crimes passados e a volta ao Estado de Direito - que definem a chamada *justiça de transição*. Nesse cenário, a anistia brasileira sinalizou limites para o processo de transição de regime, bem como estendeu sua influência e impôs de um ritmo lento até o fim do governo de José Sarney, em 1989.

Koselleck, ao abordar o significado da categoria *horizonte* dentro da análise histórica, lembra-nos que essa abrange um espaço que ainda não pôde ser contemplado e, dessa forma, sua materialização procedimental se torna mais complexa. O autor nos diz que as expectativas não podem ser experimentadas da mesma forma que a experiência, e ressalta: “É claro que nossa expectativa do futuro, quer seja portadora de esperança ou de angústia, quer preveja ou planeje, pode refletir-se na consciência.”<sup>57</sup>

Partindo desse argumento, levanto a hipótese de que o horizonte de expectativa formado a partir dos eventos que indicaram o fim do regime autoritário como as expressivas eleições da bancada do Movimento Democrático Brasileiro – MDB para o congresso em 1974, a derrota da esquerda revolucionária e sua migração para a defesa democrática com o retorno do pluripartidarismo em 1979, bem como a promulgação da Lei da Anistia, no mesmo ano, traçaram uma espécie de institucionalização do

---

<sup>56</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p 70-71.

<sup>57</sup> KOSELLECK, Reinhart. 2006. p 312.

esquecimento, impondo-o como prerrogativa para um novo caminho que levaria à democracia. Fomentando o consenso de classe, a transição favoreceu a consolidação de um horizonte democrático negociado e condicionado.

### ***2.1 - A Assembleia Constituinte: Um chamado à participação popular.***

O início da década de 1980 também desenhava um rico cenário de ampla reorganização política no Brasil. Tendo como antecedentes os eventos marcantes de 1979, com o retorno do pluripartidarismo e mesmo ano da promulgação da Anistia geral e irrestrita, os antigos MDB – Movimento Democrático Brasileiro, caracterizado comopositor ao governo autoritário e o ARENA – Aliança Renovadora Nacional, alinhado ao regime, estruturaram-se em novas organizações partidárias.

O primeiro alterou sua roupagem inicial, modificando seu nome para PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. De seus dissidentes, novos partidos foram criados, como o: PTB – Partido Trabalhista Brasileiro; o PT – Partido dos Trabalhadores; o PDT – Partido Democrático Trabalhista e o PP – Partido Popular. O segundo transformou-se em PDS – Partido Democrático Social, e mantinha em seu programa muitas das perspectivas adotadas durante o período anterior, mantendo-se como o grupo conservador.

Diante desse novo quadro, ocorreram as primeiras eleições diretas para o cargo de governador em 1982. O resultado das eleições remonta um cenário de ampla disputa, onde o PDS venceu em 12 estados e o PMDB, ainda categorizado como maiorpositor, em 9. O mesmo se repetiu com o cargo de deputado federal. O PDS elegeu 235 representantes, consagrando-se como a maior bancada, e o PMDB 200, ocupando o segundo lugar. Dessa forma, ainda que estivesse com a maior parte das cadeiras, outrosatores passaram a se reorganizar e incentivar a disputa dentro do âmbito institucional, distribuindo o poder.<sup>58</sup>

A democracia, nessa perspectiva, começava a dar seus primeiros passos. É importante salientar que nessa conjuntura, a propaganda política eleitoral ainda era censurada pelo regime nos meios midiáticos, como a TV, onde só se permitia a

---

<sup>58</sup> KINZO, MARIA D'ALVA G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, Dec. 2001. p 05. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392001000400002&lng=en&nrm=i](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400002&lng=en&nrm=i)>. Acesso em Junho de 2018.

transmissão da foto e do currículo dos candidatos. O diálogo entre eleitores e candidatos se dava nas ruas, através de comícios em praça pública<sup>59</sup>, por exemplo. Era a chamada Lei Falcão, uma das últimas tentativas do regime militar de limitar o avanço do debate democrático.

O resultado das eleições diretas de 1982 refletiu imediatamente na conjuntura social. Desde esse evento, cresceram as organizações populares e com elas, a campanha Diretas Já! – amplo movimento civil que pedia eleições diretas para presidente em 1984, formalizando oficialmente o fim do regime autoritário. A pressão ocasionada pelas passeatas que levaram mais de 100 mil pessoas às ruas de todo o país resultou na Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que terminou derrotada no Congresso.<sup>60</sup>

Maria D’Alva Kinzo defende a ideia de que os militares estavam dispostos e determinados a manter o controle sobre o processo sucessório presidencial. Prevendo essa possível manobra e a derrota da emenda, o PMDB estabelece uma segunda estratégia:

isto é, tentar influenciar o processo sucessório jogando conforme as regras estabelecidas, foi o segundo ato da sucessão presidencial. Sem dúvida era o produto da posição moderada dos líderes do partido, para quem uma solução negociada evitaria a imprevisibilidade e os riscos de uma mobilização popular e, conseqüentemente, a reação por parte dos militares da linha-dura contra qualquer tentativa de mudança radical. De qualquer modo, os líderes do PMDB estavam dispostos a participar do processo sucessório mesmo que em condições limitadas. De fato, enquanto o PMDB trabalhava pela campanha pró-diretas, a ala moderada do partido já articulava uma estratégia alternativa caso a emenda não passasse no Congresso. A proposta era a candidatura Tancredo Neves para concorrer pela oposição na eleição pelo Colégio Eleitoral, alternativa que ganhou força tão logo foi derrotada a Emenda das Diretas.<sup>61</sup>

Com a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, lançaram-se as candidaturas para presidência de forma indireta, a serem votadas pelo colégio eleitoral. O candidato vitorioso, Tancredo Neves, tinha como vice José Sarney, e a eleição de sua chapa – bancada pelo PMDB e por outros partidos – representou uma grande vitória para a oposição ao regime. Tancredo, que antes da candidatura à presidência era governador do Estado de Minas Gerais era conhecido como um grande negociador, conforme

---

<sup>59</sup> OLIVEIRA, Guilherme. **Há 40 anos, Lei Falcão reduzia campanha eleitora na TV a ‘lista de chamada’**. Reportagem, Senado Notícias. 03/10/2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/30/ha-40-anos-lei-falcao-reduzia-campanha-eleitoral-na-tv-a-lista-de-chamada>>. Acesso em junho de 2018.

<sup>60</sup> Memorial da Democracia. 1983 – 1984: **O povo exige ir às urnas**. 2015-2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>>. Acesso em junho de 2018.

<sup>61</sup> KINZO, 2001. p 07.



dissertado por David Maciel, e desde o início de sua campanha eleitoral realizou uma série de discursos e pronunciamentos anunciando seu plano de governo. Como ponto principal dentro de seu programa, estava a de pacto social. Pregando a unidade nacional, o então governador estabeleceu uma série de diálogos entre setores políticos e sociais, propondo uma “trégua” entre empresários e trabalhadores a fim de controlar a inflação e reestabelecer a economia. Além disso:

[...] o conteúdo fortemente limitado das mudanças institucionais com as quais Tancredo se comprometeu revelava, ao mesmo tempo, a perspectiva autocrática alimentada pelas diversas frações do bloco no poder e a própria debilidade da tática política da oposição burguesa, representada pelo PMDB, de tentar a substituição da institucionalidade autoritária “por dentro” dela mesma. O resultado foi um importante descompasso entre as perspectivas de mudança alimentadas pelas classes subalternas, em particular pelos trabalhadores, e a realidade política de uma institucionalidade preservada no essencial, gerando um aguçamento dos conflitos sociais como não se via desde o final dos anos 70. Nestas condições, a legitimidade obtida com a “solução negociada” que pôs fim à Ditadura desgastou-se rapidamente, exigindo do governo da Aliança Democrática correções de rumo, avanços e recuos, ameaças e chantagens para cumprir o “cronograma” da transição negociado por Tancredo. No entanto, neste cenário de dificuldades, um detalhe sobressai: a constituição da tutela militar sobre o governo e a unificação de um campo conservador em seu interior, cuja perspectiva fundamental era a operacionalização da transição democrática nos marcos da preservação da institucionalidade autoritária e da autocracia burguesa. Ou seja, as mudanças democráticas seriam implementadas dentro das possibilidades previstas pela própria institucionalidade autoritária, e não à sua revelia. A substituição institucional definitiva seria transferida para outro momento, o da Constituinte, quando as condições políticas fossem mais estáveis e favoráveis para os interesses do bloco no poder.<sup>62</sup>

Tancredo veio a falecer antes de assumir seu cargo como presidente, fazendo com que seu vice, José Sarney, assumisse a presidência da República como primeiro presidente civil após 21 anos de regime autoritário. Em maio de 1985, seu governo estabelece uma emenda constitucional que determina a abertura nos processos eleitorais para prefeituras e retira da ilegalidade os partidos comunistas. Como conclusão, a transição se estabeleceu de modo pacífico com a transferência do poder dos militares para os civis. A efervescência da participação política pela população foi contida, culminando na expectativa pela formulação de uma nova Constituição que enfim consolidasse as novas aspirações e interesses do povo, reprimidos por anos de regime autoritário.

Como cumprimento do pacto de conciliação estabelecido inicialmente pro Tancredo, José Sarney convoca, em 28 de junho de 1985, através de uma mensagem ao

---

<sup>62</sup> MACIEL, 2008. p 50.

Congresso, a Assembleia Nacional Constituinte. A proposta vencedora determinava que a composição desta se daria a partir dos resultados das eleições para deputados e senadores em novembro de 1986. Desse modo, integrada por 559 congressistas e presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, a Constituinte iniciou seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987.<sup>63</sup>

Essa breve retrospectiva a respeito dos antecedentes da convocação da Assembleia Constituinte levantam variados questionamentos. Sua instalação seria signo de uma ruptura ou de uma continuidade com a política empregada pelo governo militar? O jogo institucionalizado teria afastado ou garantido segurança e estabilidade para a população, cansada dos desmandos autoritários e acostumada com as idas e vindas de um governo restritivo? Inicialmente, o processo de transição nos primeiros anos da década de 1980 mostra-nos sua ambigüidade, e as definições de avanços e/ou retrocessos acabam por deixar a balança equilibrada. Diante desse paradigma, uma leitura clara e distinta sobre a ação e interferência da população no nesse contexto torna-se dificultada. Afinal, por que o processo de transição brasileiro culminou em uma Constituinte? Até onde a busca pela legitimação do regime autoritário e a ânsia pela aparência de legalidade levou a institucionalização dos moldes democráticos?

Diante desses questionamentos, interessa-me a questão da participação popular e dos usos feitos pela mesma a partir dos dispositivos que lhes foram disponibilizados. Ainda que dentro do jogo institucional, é possível que a população afastada dos grandes movimentos e organizações políticas pudesse manifestar suas considerações e expor sua percepção a respeito da democracia? Qual o peso de sua contribuição diante dos pactos estabelecidos entre a grande burguesia nacional e os setores autoritários? Como questionado por Gayatri Spivak: poderia o subalterno falar?<sup>64</sup>

## ***2.2 - Mídia, comunicação e diálogo público: Uma mudança estrutural***

Nesse momento, apresento as fontes que norteiam a problemática apresentada nesse trabalho. A análise se estabelece a partir da convergência da metodologia da

---

<sup>63</sup> Ibidem. p 36.

<sup>64</sup> SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. Disponível em: < <https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf> >. Acesso em junho de 2018.

História Oral<sup>65</sup>, que abre a possibilidade para uma maior elucidação do passado e caracteriza-se pela produção de fontes originadas a partir de um estímulo, permitindo que a partir do uso da memória se possa compreender e interpretar acontecimentos e práticas de determinados grupos; e da investigação inerente aos documentos históricos, como os jornais<sup>66</sup>.

Os depoimentos orais aqui abordados possibilitam a compreensão da especificidade envolta a um dos lados atuantes no contexto de construção da transição democrática: a dos representantes. Foram selecionadas duas entrevistas para esse estudo, que abordam o ofício dos legisladores envolvidos na edificação do texto constitucional. Sendo elas as dos constituintes Plínio de Arruda Sampaio e Antônio Britto. Seus depoimentos remetem às disputas implícitas ao campo político, bem como a interpretação particular de cada um dos entrevistados a respeito desse processo. Essa é uma análise possível diante dos usos políticos da memória, que permitem ao historiador interrogar, a partir dos depoimentos orais, discursos que semeiem um cenário mais rico e complexo.

Michael Pollack argumenta que a memória é constituída por três elementos principais: acontecimentos, personagens e lugares. Esses elementos podem ser abordados de forma individual ou coletiva, pois cada experiência é especificamente proporcionada por seu meio.<sup>67</sup> Ou seja, quem fala, sempre o faz diante de uma perspectiva particular de vivência: “A memória, apesar de parecer algo estritamente individual, tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retêm do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantêm”.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Utilizo, nesse estudo, depoimentos dos deputados constituintes membros do Ministério Público de São Paulo, extraídos do livro organizado por Gunter Axt, tendo como problemática principal a constituinte de 1987-88. Esse livro é disponibilizado gratuitamente pelo Memorial do Ministério Público de São Paulo e explicita a metodologia de História Oral adotada. Manifesto, desse modo, que as entrevistas abordadas não são de minha autoria. BRISCHOFF, Alvaro Walmrath AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz.. **A Constituinte de 1988**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2006.

<sup>66</sup> Concomitantemente, abordo nesse estudo três edições do Jornal da Constituinte, disponibilizados na íntegra pela Câmara dos Deputados. O acervo, que se encontra disponível em plataforma online, conta com 63 edições produzidas semanalmente.

<sup>67</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989. p 200.

<sup>68</sup> SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais.. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp.

O uso dos documentos como jornais, perante a história, também nos remete a uma funcionalidade particular. É inerente a prática historiográfica o questionamento das fontes a fim de que se identifiquem, a partir da linguagem, elementos que representem um momento histórico em específico. A imprensa, dentro dessa perspectiva, estabelece influência nos mais variados setores da vida social, a partir da disseminação de idéias, referências, ideologias, modos de pensar e agir, entre outros. Como afirmado por Maria Helena Capelato:

Há muitas maneiras de se estudar a história das ideias políticas e sociais através da imprensa. Alguns autores utilizam a linguística na análise da ideologia; outros, se preocupam com a identificação das matrizes de ideias, procurando compreender os pressupostos dos projetos políticos veiculados nos jornais; alguns escolhem a imprensa como fonte primordial para esse tipo de investigação, e há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas. Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer as colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário em grande importância para as investigações históricas. É utilizado nas análises econômicas, nos estudos sobre as condições de vida, relações e lutas sociais, e etc.<sup>69</sup>

Dessa forma, a partir dos jornais, interessa-me a estruturação na narrativa utilizada pelos produtores do mesmo, bem como os usos atribuídos as falas do outro lado atuante na construção do processo de transição democrática: a dos representados.

Diferenciada estruturalmente de todas as outras experiências constitucionais da História do Brasil, a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 estabelece um marco na América Latina, inaugurando um novo ciclo constitucional. Ela abriria o caminho para outras constituições latinas que passariam a adotar o reconhecimento dos direitos das minorias, bem como a inserção de dispositivos políticos de participação popular inserida um contexto de *transição negociada* para a democracia - dentro do que se caracteriza como reconstituição do Estado de Direito pós-período autoritário, no âmbito dos moldes neoliberais -, resultando na produção de um texto definitivamente progressista.

---

217-228, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>>. Acesso em jun de 2018. p 220.

<sup>69</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p 34.

É importante ressaltar que os debates que envolviam a noção de democratização respaldavam-se na imprescindibilidade da inserção da pauta dos direitos sociais e políticos, a fim de configurar até mesmo o conceito de cidadania a partir do conteúdo constitucional. Como uma tentativa de institucionalizar a participação popular, a emergência dessas pautas abrem possibilidades de aproximação entre Estado e população, iniciando a construção na noção de *confiabilidade* nas instituições que originam do Estado.

Ao abordar alguns dos avanços obtidos a partir do processo da Constituinte, o Deputado Antônio Britto destaca:

Esses avanços todos só se dão e só se tornaram as legislações avançadas e atualizadas em termos mundiais, principalmente na área da criança, adolescente, do consumidor, porque o País mudou. A Constituinte permitiu um conjunto de regras fundamentais que levam a idéia, por exemplo, de que um prefeito ou um governador ou o presidente possa ser processado, possa chegar, como chegou o Collor, ao impeachment. [...] Isto é mais importante do que qualquer lei. É saber que mantemos um clima democrático de afirmação da necessidade de cumprir a lei, de respeitar a lei.<sup>70</sup>

A mesma importância é necessária para a compreensão do contexto de estruturação da Carta Magna. Exaltar a participação popular e fomentar a inserção dos mais variados grupos e movimentos pode significar, em síntese, a abstração de que o cenário político social brasileiro não era unificado, admitindo sua pluralidade. Pode-se presumir que o que unia os diferentes grupos em suas negociações era a defesa da restauração democrática e a possibilidade de que sua implementação aumentasse a disputa dentro do campo de concessão política. Desse modo, é possível observar momentos de articulação entre diferentes grupos, bem como o trato independente de interesses.

A noção de heterogeneidade da sociedade civil descreve a diferenciação interna existente na sociedade civil e termos de atores sociais, formas de ação coletiva, teleologia da ação, construção identitária e projetos políticos. Trata-se de um núcleo temático que ajuda a compreender que no interior da sociedade civil coexistem os mais diversos atores, tipos de práticas e projetos, além de formas variadas de relação com o Estado. [...] A heterogeneidade da sociedade civil é uma expressão da pluralidade política, social e cultural que acompanha o desenvolvimento histórico da América Latina. Os diversos atores, com interesses, agendas e projetos políticos

---

<sup>70</sup> BRISCHOFF, Alvaro Walmrath AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz.. **A Constituinte de 1988**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2006. p 42.

variados, se originam em distintos contextos históricos e políticos de cada nação e a eles respondem.<sup>71</sup>

Antonio Britto, ao abordar a reestruturação do MDB para PMDB e sua participação na Constituinte, destaca a complexidade do processo, suas nuances e desdobramentos:

A democratização foi, curiosamente, ao mesmo tempo um sucesso do MDB e o maior problema do MDB, porque ao passar da resistência à democracia, o PMDB tinha que mudar de conduta. O PMDB deixava de valer por aquilo a que se opunha e passaria a valer por aquilo que propunha. E nessa hora o que aconteceu? Sendo vitorioso na resistência, ele inchou. Quanto mais inchado, mais dificuldade tinha de responder a pergunta: “O que vocês defendem, o que vocês querem? Vocês queriam que o Brasil não tivesse isso, não tivesse isso? Ok! Deu certo, já tem eleição direta, já tem Constituinte, agora é o seguinte: o que a gente põe no lugar daquilo que, com a ajuda de vocês, a gente já não tem mais? A Constituinte foi a estréia da crise. [...] A Constituinte foi, curiosamente, o apogeu e o início da decadência. Nunca o PMDB teve tanta força: elegeu 303 deputados, 26 dos 27 governadores! Porém, ao mesmo tempo, como tudo na vida, dialeticamente, naquele grande momento, se cristalizou a crise. As grandes brigas da Constituinte foram com as pessoas do próprio PMDB. Grandes brigas, tais como a decisão de paralisar ou não a Constituinte.<sup>72</sup>

O depoimento do deputado Britto nos remete ao contexto de disputa a qual estava inserida a Constituinte, disputa esta que estendia-se desde os conflitos internos na organização partidária até a negociação com os demais partidos e setores, bem como elucida que a própria definição de democracia a ser expressada nas páginas da Carta Magna brasileira estava por ser definida. Esse contexto pode ser entendido dentro da proposta inicial da Assembleia Nacional Constituinte: tendo como prioridade o Congresso Nacional, o mesmo foi obrigado a restringir seu funcionamento e adequar seus regimentos.

A ANC propunha que a participação popular fosse assegurada através de dois dispositivos: através da concessão de audiência pública e a iniciativa popular, que permitia que os cidadãos, organizados, apresentassem emendas ao projeto de Constituição, condicionadas à junção de cerca de 30 mil assinaturas de eleitores habilitados, e o respaldo de três entidades. “Ademais, ampliava-se a base de

---

<sup>71</sup> DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006. p 27.

<sup>72</sup> BRISCHOFF, Alvaro Walmrath AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz.. **A Constituinte de 1988**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2006. p 38-39.

informações dos constituintes: organizações civis, câmaras de vereadores, assembléias legislativas e tribunais poderiam enviar-lhes sugestões.”<sup>73</sup>

Essas prerrogativas também são manifestadas nos Jornais da Constituinte. O Jornal da Constituinte, produção vinculada a outros informativos de diferentes mídias, como O Diário, na TV, e A Voz da Constituinte, no Rádio -, trata-se de um boletim informativo, impresso e distribuído semanalmente<sup>74</sup>. Sua primeira edição, que compreendia o período de 01 a 07 de junho de 1987, reivindicava a participação popular e incitava a troca necessária entre instituições e povo:

O Jornal da Constituinte começa sua marcha. Percorrerá gabinetes, sindicatos, fábricas, empresas, universidades, igrejas. Será lido nos ônibus e nos trens de subúrbios. Já que você não pode ir ao Congresso, em Brasília, a Constituinte chega a você. A Constituinte quer ser fiscalizada, quer sua participação. Este jornal é o testemunho disso. Seu objetivo é provocar a crítica, é um convite à integração, além de relato do que se faz na construção da futura Constituição. Você é fiscal e condômino da Constituinte. Faça sua parte, para que não seja, no futuro, réu por omissão. Sem você a Constituinte será dos outros, que podem explorar e ignorar você. A constituinte está trabalhando para valer, inclusive aos sábados, domingos, feriados, até de madrugada.<sup>75</sup>

Como confirmação da proposta democrática, uma das principais estratégias do Estado fora a ampla utilização das mídias de comunicação. Reivindico a teoria desenvolvida por Norberto Bobbio, ao investigar o governo de Silvio Berlusconi na Itália. O historiador fundamenta a existência de um *poder invisível* dentro do Estado, identificando sua principal forma de ação na omissão, censura e controle dos meios públicos de comunicação. A passo que, como um dos pilares principais do governo democrático, estaria a ampla divulgação dos trâmites legislativos e das decisões tomadas pelos governantes. Para ele,

---

<sup>73</sup> NOGUEIRA, André Magalhães. **Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88**. Verbete. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88> >. Acesso em jun de 2018.

<sup>74</sup> Não foram encontradas informações seguras a respeito de como se dava essa distribuição, o alcance da publicação, ou os locais onde os informativos eram disponibilizados. Porém, no que se refere as demais mídias – rádio e TV -, é divulgado pelo Senado Federal a informação de que os programas eram transmitidos diariamente, em dois horários diferentes, sob o controle da Câmara e do Senado, em conjunto com a Radiobrás e a Empresa Brasileira de Notícias (EBN). SENADO. “**A voz da constituinte terá dois blocos diários**”. Agência de Estado de Brasília. Disponível em: < [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/112736/1987\\_12%20a%2020%20de%20Marco\\_12d.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/112736/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_12d.pdf?sequence=1) >. Acesso em Jun de 2018.

<sup>75</sup> **JORNAL DA CONSTITUINTE**. Encarte especial. Brasília, junho de 1987. p 2. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituente/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituente/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf) > Acesso jun de 2018.

Não existe democracia sem opinião pública, sem a formação de um público que pretenda ter o direito de ser informado das decisões que são tomadas em nome do interesse coletivo e de exprimir sobre elas sua própria crítica livre. Qualquer forma de poder oculto, ao tornar vão este direito, destrói um dos pilares em que se apóia o governo democrático. De resto, quem promove formas de poder oculto, e quem a elas adere, deseja precisamente isto: excluir suas próprias ações do controle democrático, não se submeter aos vínculos que toda constituição democrática impõe a quem detém o poder de tomar decisões que vinculem a todos os cidadãos. Pretende, eventualmente, controlar o Estado sem por ele ser controlado. No Estado despótico, o soberano vê sem ser visto.<sup>76</sup>

Considero, desse modo, a estruturação, a vinculação e a divulgação pública em diferentes meios midiáticos como uma das principais mudanças proporcionadas pelo contexto da Assembleia Nacional Constituinte. Diferenciando-se de todos os demais processos de elaboração da Carta Constitucional do país, a ANC se propôs a introduzir alguns dos principais fundamentos de uma sociedade que se pretende democrática: a ampla acessibilidade à informação, o incentivo ao diálogo e a organização política – mesmo que de forma independente –, e a divulgação massiva dos caminhos trilhados pelos representantes durante o processo.

Desse modo, a intervenção e a incitação à participação popular continuam nas páginas dos Jornais da Constituinte, assim como a fundamentação da linha norteadora das discussões as quais o cidadão comum deveria tomar como perspectiva:

A Nação, dessa forma, pôde acompanhar de perto e com admirável interesse esse trabalho inicial, expondo aos Constituintes seus pontos de vista e suas mais caras aspirações. E à Assembléia Nacional Constituinte coube interpretar esse pensamento, de forma democrática, inclusive com a apresentação de emendas às versões preliminares dos Anteprojetos. Esse grande interesse, até certo ponto inusitado, deve-se evidentemente à grande expectativa existente em torno da futura Constituição. Já disse, e eu próprio afirmei em diversas oportunidades, que a Constituição a ser promulgada até o final do ano não vai afastar, como num passe de mágica, os graves problemas que se opõem ao desenvolvimento brasileiro e à reparação das desigualdades de todos conhecidos. Mas, como é notório, estamos diante do mais significativo marco para a consolidação em definitivo das instituições democráticas. A Carta Magna vai imprimir ao País as linhas da única via adequada ao equacionamento, em comum com as nossas populações, do modelo institucional exigido ao longo desses últimos anos. Essa via é inegavelmente a Democracia, que haverá de assegurar a estabilidade buscada pelo País.<sup>77</sup>

Estruturalmente, os Jornais da Constituinte possuíam uma linguagem comum. Seu texto fora elaborado pela mesa diretora da Assembleia, composta pelos deputados

---

<sup>76</sup> BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 2015. p 41.

<sup>77</sup> **JORNAL DA CONSTITUINTE**. Encarte especial. Brasília, junho de 1987. p 2. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituente/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituente/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf) > Acesso jun de 2018.



Ulysses Guimarães, Mauro Benevides, Jorge Arbage, Marcelo Cordeiro, Mário Maia, Arnaldo Faria de Sá, e os suplentes: Benedita da Silva, Luis Soyer e Sotero Cunha. Essa mesa constituía o chamado Serviço de Divulgação da Assembleia Nacional Constituinte, tendo como diretor responsável o deputado Marcelo Cordeiro. Os textos partiam do objetivo de contextualizar o leitor a respeito dos processos em trâmite na Câmara, e abordavam as principais discussões da semana. Entre os temas debatidos, estavam desde impasses históricos, como a Reforma Agrária, até novas problemáticas, como o lugar dos militares no novo projeto de Estado-nação que se estruturava, bem como os debates que permeavam a conquista dos direitos de minorias.

A fim de exemplificar essas pautas, em seu depoimento, o Deputado Constituinte Plínio de Arruda Sampaio relembra algumas das rupturas e disputas que compuseram a Constituinte:

Para entendermos a Constituinte é preciso dizer que ela sofreu um traumatismo. Analisando-a hoje em dia, diria que a Constituinte possui claramente dois tempos, que são interessantes na análise política do país. Creio ter sido a Constituinte desenvolvida contra a corrente da história, pois representou para o país uma força nacionalista, comprometida com teses de igualitarismo e empenhada na construção do bem estar social, no momento em que o mundo segue o caminho da globalização, da liberalização... [...] Num primeiro momento, nossa elite econômica pareceu ficar um tanto perdida, pois, desde Getúlio Vargas, portanto há 50 anos, estava empenhada no projeto nacional, na construção de um Estado Nacional. Do outro lado, há uma massa popular que amarga 20 anos de repressão e, muito embora esteja afogada, se organiza politicamente, como, por exemplo, o MST na questão agrária, ou a CUT, representando o operariado urbano, se organiza também nos partidos, com o PT, que se propõe a representar os interesses populares. Essa massa crescente constrange os militares a retornar para o quartel, ou melhor, é um processo ambíguo, pois os militares também decidem voltar aos quartéis e abdicar do controle político, que aquele momento já lhes constituía um peso. De qualquer forma, essa massa popular vem para as ruas, clamando por espaço.<sup>78</sup>

Os jornais traziam também as falas e as pautas defendidas por cada constituinte em particular, bem como expunha as jornadas de trabalho, os percursos realizados, os diálogos, as trocas e negociações. Nota-se, desse modo, a intenção de reintroduzir no imaginário e na consciência da população afastada dos meios políticos a noção de *participação direta*, principalmente ao termos em perspectiva os anos de ditadura e repressão, bem como suas consequências:

---

<sup>78</sup> BRISCHOFF, Alvaro Walmrath AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz.. **A Constituinte de 1988**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2006. p 274.

A importância da fixação de uma política de divulgação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que estabeleça canais próprios e permanentes de comunicação com a sociedade foi defendida pelo constituinte Marcelo Cordeiro, que vê nos programas radiofônicos, nos programas televisionados e no Jornal Da Constituinte instrumentos destinados a contribuir com o processo de participação da sociedade brasileira na elaboração da nova Constituição: O parlamentar peemedebista, primeiro-secretário da Mesa da Constituinte, entende que a aquisição de instrumentos de comunicação não colocam a Constituinte numa vertente de competição com a imprensa formal, pois segundo argumentou, a Assembléia não é um órgão de imprensa nem poderia prescindir da mesma na divulgação de suas atividades e de seus trabalhos, “o que aliás, vem sendo feito de modo a conferir à imprensa um papel fundamental no desenvolvimento dos trabalhos constituintes e no prestígio que a Constituinte alcançou no país” – observou.<sup>79</sup>

A participação popular, principalmente a que se refere aos cidadãos não organizados ou vinculados a movimentos políticos, obteve espaço considerável nas páginas do Jornal da Constituinte. Esses depoimentos interessam a esse estudo a fim de que se possa identificar quais pautas o cidadão comum considerava como essenciais para a configuração democrática. A partir de seus anseios, pode-se conhecer o nível do debate público e, desse modo, o horizonte que se projetava frente à Nação que se esperava. O conceito de expectativa, apresentado anteriormente nesse trabalho, pode então ser exemplificado. A partir do espaço “Carta aos Constituintes”, o cidadão se posicionava, como demonstram os exemplos a seguir:

#### **“Partido Comunista**

Srs. Constituintes, até aqui achei três pequenas aventuras do nosso Presidente: registrar o Partido Comunista, fazer a reforma agrária e o caso do boi gordo. Não acha que é mexer cobra com vara curta? Mesmo assim tenho confiança no Senhor Presidente, tenho certeza de que vai dar certo o Plano Cruzado. Maior fiscalização aos que escondem mercadorias. *Hamilton José Pereira, Contagem – MG.*

#### **Extinção da CUT**

Srs. Constituintes, [...] Dar liberdade de ação ao povo no campo político e social, mantendo o art. 1º da atual Constituição. Limitar os poderes do Executivo, devolver as prerrogativas do Legislativo e dar autonomia ao Poder Judiciário [...] extinção da CUT, criando uma outra organização, sem interferência política!*Adélio de Freitas Vieira, Cianorte – PR.*

#### **Prática profissional: exigência**

Srs. Constituintes, [...] Após terminar os estudos na faculdade, já com diploma na mão, a pessoa tenta arrumar trabalho na área em que se formou, mas não consegue por causa dos pedidos de experiência que a firma exige. Como a pessoa terá experiência no trabalho se as firmas não dão chances

---

<sup>79</sup> **JORNAL DA CONSTITUINTE.** Encarte especial. Brasília, junho de 1987. p 4. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf)> Acesso jun de 2018.

para ela trabalhar? (...) ... alguma coisa deve ser feita por esses futuros trabalhadores. *Márcio de Paula Ramos, Santos – SP.*

### **Ensino Gratuito**

Srs. Constituintes: Ensino gratuito em todos os níveis. [...] Eliminação do vestibular. O analfabetismo precisa ser erradicado do País, e só conseguiremos isso com a garantia do ensino fundamental e obrigatório para todos. [...] Valorização do professor e melhoria de suas condições de trabalho e de remuneração. A criação de mais escolas estaduais e federais em todo o país. *Maria Ivone dos Santos, Cerro-Corá – RN.*

### **Assalariados**

Srs. Constituintes. A Constituinte veio em um momento propício. Nos trouxe bastante surpresa, o Brasil já começou a mudar, e, com isto, a população pode ficar mais ciente do Poder Legislativo, mas isto não é o bastante, porque os assalariados, principalmente os das empresas de instrumentos musicais, de brinquedos, de artefatos e couro, de estamperia e outras, que ao as firmas que mais dominam, recebem apenas o mínimo. *Marcílio Moreira de Melo, Suzano – SP.*

### **Revolução de 64**

Srs. Constituintes: Que este país volte a ser o que era nos anos 64/70. Tempos bons nós que vivemos no campo. [...] Não hoje que se diz estar numa democracia e o bolso popular vive sempre furado. Viva a revolução de 64 que derrubou uma inflação de 100% para muito menos de 20%. Hoje os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais lascados.” *Juarez Alvino de Mesquita, Chapadinha – MA.*”<sup>80</sup>

O espaço destinado a “Carta aos Constituintes” foi elaborado como uma das primeiras etapas do processo de abertura da ANC. O Congresso Nacional disponibilizara, através das agências dos Correios, cerca de cinco milhões de formulários. Esse, por sua vez, enviava ao Senado Federal, sem custos, as respostas dos indivíduos que escolheram este meio de participação. Tratam-se de mais de 72 mil respostas recebidas através dos planos *Diga Gente e Projeto Constituição*.<sup>81</sup>

Conforme exemplificado acima, as contribuições civis relacionavam-se com os mais diversos âmbitos do meio social. Os cidadãos, individualmente, expressavam suas opiniões a respeito de saúde, educação, participação política, propriedade, economia, acesso a emprego, distribuição de renda, direito das mulheres, dos indígenas e negros e,

---

<sup>80</sup> **JORNAL DA CONSTITUINTE.** Ibidem. Não foi possível, para esse estudo, levantar a idade e a classe social dos indivíduos que enviaram propostas aos constituintes. Porém, ressalto a importância de traçar essa rede configurativa e aponto um caminho posterior de estudo.

<sup>81</sup> DUARTE, Aimée Schneider. *Agenda oculta: a Constituinte de 1987-88 e seus fundamentos culturais.* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017. p 72. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2116.pdf> > Acesso em jun de 2018.

também, a memória ainda não apagada da “ameaça comunista”. Plínio de Arruda Sampaio, aborda o tema em seu depoimento:

Tinha um projeto de moção socialista: “Bom, gente, mas nós não fizemos uma revolução socialista, como é que vocês querem uma moção socialista, se nós não fizemos uma revolução socialista?”. Ao que respondiam: “Ah, mas marca posição!”. Então ficou aquela grande discussão de marcar posição ou ter uma ação prática e eu defendi que devíamos ter uma posição mais realista. Era uma liderança de bancada muito difícil, contestada, não era uma liderança tranqüila. E esse Giorgio Napolitano disse uma coisa que eu nunca esqueci: “Olha, a nossa experiência é a seguinte: toda vez que, na Constituinte de 1947, aproveitando uma conjuntura, uma circunstância favorável, nós avançávamos demais, além do que a cultura política do país permitia, essa letra ficou morta na Constituição. E toda vez que, diante desse fato, nós fizemos uma fórmula um pouco mais moderada, ela passou na Constituição e, depois, foi estendida, seja jurisprudencialmente, seja pela legislação infraconstitucional.”<sup>82</sup>

Torna-se explícito, através da análise do material e das contribuições da população, uma preocupação vinculada ao anseio de *autonomia*, bem como o receio de uma nova conjuntura que proporcionasse o embate ideológico, fundamentando ações que subsidiassem novas intervenções políticas e/ou autoritárias no governo do Estado brasileiro. Esse contexto delicado, originado a partir da falta de diálogo entre população e governo nas décadas anteriores, fez com que as lutas dentro do âmbito institucional se tornassem retidas, alheias ao avanço em pautas antigas da política nacional, principalmente no que se refere a questões que poderiam não contar com o amplo apoio da população.

Porém, essa condição não foi capaz de conter avanços políticos e democráticos em diversos outros âmbitos da política nacional. A organização dos grupos políticos, bem como sua presença imposta dentro dos meios e dispositivos de discussão, acarretaram em inúmeros avanços para as populações marginalizadas, ao menos, no que se refere ao âmbito *teórico* da problemática, conforme Plínio de Arruda Sampaio:

A verdade é a seguinte: a Constituinte não é o lugar das discussões teóricas, não há clima para isso, pois a velocidade e o sistema de negociação impedem a elaboração teórica. O importante é o que está amadurecido na sociedade. [...] Ora, os setores com amadurecimento conseguiram seu lugar na

---

<sup>82</sup> BRISCHOFF, Alvaro Walmrath AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz.. **A Constituinte de 1988**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2006. p.280.

Constituinte. O que não estava alicerçado por uma hegemonia alcançou resultados mais pobres.<sup>83</sup>

Desse modo, pode-se considerar que os setores que mais concretizaram conquistas no contexto de produção da Carta Magna de 1988, foram os que conseguiram homogeneizar suas pautas, estruturando blocos de imposição e luta de forma coesa e melhor estruturada. Porém, essa prerrogativa não deve ser entendida como única. Considero a hipótese de que o âmbito de construção da Assembleia Nacional Constituinte possibilitou que o cidadão não vinculado a nenhuma organização política, em sua maioria com baixa escolarização e oriundo de classes sociais mais pobres, pudesse se apoderar do espaço que lhe foi fornecido e, a partir desse, declarar suas impressões, ideias, anseios, experiências e expectativas.

Exprimo, nesta breve análise, a possibilidade da emergência de uma estratégia política que, até certo ponto não entendida coletivamente, pôde, ainda assim, se tornar amplamente eficaz em sua proposta. O cidadão brasileiro comum, afastado da prática democrática após décadas de repressão e controle por parte do Estado, usou dos meios disponibilizados e participou de forma *ativa, material e democrática* no processo de consolidação da transição brasileira, ainda que o conceito de democracia não fosse anteriormente vivenciado ou especificamente definido.

---

<sup>83</sup> Ibidem. p 286.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar de uma temática como a democracia dentro do campo historiográfico pode ser uma tarefa árdua. Uma análise baseada na historicidade conceitual, por exemplo, acaba por condicionar o historiador a alguns lugares comuns. Dissertar sobre significados e experiências, dentro de uma perspectiva teórica, pode nos levar a resultados pouco conclusivos na materialidade. Mas, seria esse o principal objetivo da história? Sua função social se reduziria a abstração de dados e sistematizações teóricas?

Ao considerar as práticas relacionadas ao ofício desse profissional - desde a adoção e escolha por determinados discursos a outros, a metodologia desenvolvida, o desenvolver das práticas que conferem cientificidade a um estudo -, Michel de Certeau argumenta que o ofício do historiador se relaciona, principalmente, ao ato de *interrogar*.<sup>84</sup> Suas perguntas deverão relacionar-se com a sociedade de seu tempo e com a morte enquanto expressão do passado. Essa relação com a morte, com o passado que ainda se faz presente, também é confirmada em Benjamin, ao nos afirmar que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”<sup>85</sup>

É dentro desta perspectiva que concluo este trabalho tendo a certeza de que ele proporcionou mais questionamentos do que respostas. Esse lugar me cabe enquanto afirmação da prática historiográfica e, dentro do entendimento que adquiri até o presente momento, condiz com a função do ofício por mim exercido. A voz do passado que não silencia, aos ouvidos do historiador, induz a uma inquietação que, possivelmente, jamais terá resolução final.

Autores que falaram sobre o Brasil, de Gilberto Freyre a Milton Santos, expuseram as dores e feridas que nossa história carrega, mostrando-nos como as raízes da desigualdade são profundas e estruturais. Entendo que as fontes apresentadas nesse trabalho se enquadram dentro desta mesma percepção. Suas possibilidades de análise são inúmeras: partem desde a genealogia e a reorganização partidária; a estruturação do *modus operandi* midiático, bem como a extensão e análise de sua influência no jogo democrático; abrem prerrogativas para o estudo dos processos eleitorais dentro de um

---

<sup>84</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1982. P 68.

<sup>85</sup> BENJAMIN, Walter. - **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987. P 84.

contexto de transição, assim como para a investigação da composição e estratégia dos movimentos sociais e a complexidade que envolve os discursos de representatividade e de conquista de direitos, de reconhecimento social e de luta política. Desse modo, compreendo o presente trabalho como introdutório, não conclusivo. Assim como admito a necessidade de sua extensão futura.

Dentro dessas considerações, propus uma análise que iniciasse o debate e demonstrasse a necessidade de aprofundamento no que concerne ao período. Ironicamente, um contexto que se apresentou como um dos mais efetivamente democráticos na história do Estado-nação brasileiro, também expôs a distância que se estabeleceu entre a proposta e a prática. Sem romper com a herança autoritária, a noção de democracia construída através da Constituinte de 1987-88 se propôs redentora e resoluta da desigualdade que assolava o país. Semeou o diálogo e a participação popular, conferiu direitos, reafirmou e reinventou pactos sociais. Porém, em comparação com o presente vivenciado e com as mudanças esperadas após 30 anos de caminhada, a mesma não cumpriu suas promessas.

Com a sensação de quem sufoca no instante de seus últimos suspiros, torna-se primordial o questionamento e o conhecimento desse passado recente. Frente ao retorno de discursos conservadores e autoritários, a episódios diários de violência e de extermínio de grupos estrategicamente marginalizados, o contexto analisado nesse trabalho confirma impasses e paradigmas não superados. Fala-nos sobre batalhas que ainda necessitam ser mais bem conhecidas, para que se possa vencê-las.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

BRISCHOFF, Alvaro Walmrath AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz.. **A Constituinte de 1988**. Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2006.

**JORNAL DA CONSTITUINTE**. Encarte especial. Brasília, junho de 1987. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2005%20-%20encarte%20especial%20junho%20de%201987.pdf) > Acesso jun de 2018.

\_\_\_\_\_. Brasília, 01 a 07 de junho de 1987. Nº 1. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/JornaldaConstituinte\\_n01\\_19870601.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/JornaldaConstituinte_n01_19870601.pdf) >. Acesso jun de 2018.

\_\_\_\_\_. Brasília, 08 a 14 de junho de 1987. Nº 2. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2002%20-%2008%20a%2014%20junho%201987.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2002%20-%2008%20a%2014%20junho%201987.pdf) >. Acesso jun de 2018.

### BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. “**O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**”. Blog da Boitempo, 8 jun. 2016. P 02. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/> >. Acesso maio de 2018.

BARRETO, Gabriella Pereira. **A evolução histórica do direito das mulheres**. JusBrasil, 2016. < <https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres> >. Acesso maio de 2018.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Mágia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 2015.

\_\_\_\_\_. **Contra os novos despotismos**. Escritos sobre o berlusconismo. São Paulo: UNESP. 2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “**Estranhas catedrais**”: empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: UFF, 2015.



CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95**. Rio de Janeiro Editora, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUARTE, Aimée Schneider. **Agenda oculta: a Constituinte de 1987-88 e seus fundamentos culturais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017. p 72. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2116.pdf> > Acesso em jun de 2018.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FILHO, Orlando Villas Bôas. **Democracia: A polissemia de um conceito fundamental**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 108. 2013.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80. 2008.

GUIMARÃES, Juarez. “Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo”. Entrevista. **Sul 21**, 16 jul. 2017. P 11. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2017/07/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/> >. Acesso em maio de 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2013.

\_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KINZO, MARIA D'ALVA G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 15, n. 4, p. 3-12, Dec. 2001. P 05. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392001000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em Junho de 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**: Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

MELO, Milena Petters. Constitucionalismo, pluralismo e transição democrática na América Latina. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Ministério da Justiça. n. 4 (jul./dez. 2010). Brasília: Semestral. 1. Ed.

Memorial da Democracia. 1983 – 1984: **O povo exige ir às urnas**. 2015-2017. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja> >. Acesso em junho de 2018.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme. **Há 40 anos, Lei Falcão reduzia campanha eleitora na TV a ‘lista de chamada’**. Reportagem, Senado Notícias. 03/10/2016. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/30/ha-40-anos-lei-falcao-reduzia-campanha-eleitoral-na-tv-a-lista-de-chamada> >. Acesso em junho de 2018.

PALASSI FILHO, Arlindo. **Teoria contemporânea da democracia: as visões de Schumpeter e Dahl**. Em **Tese**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 127-141, dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2016v13n2p127/33066> >. Acesso em jun. 2018.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989. P 200.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, nº 37. 2002. P 14. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812> >. Acesso maio de 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio a democracia**. São Paulo: Boitempo. 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTANA, Leonardo Campos Paulistano. LUZ, Vladimir de Carvalho. **A Lei de Anistia (6.683/79) no contexto de transição democrática e a sua interpretação histórica pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF nº 153)**. P 07. Disponível em: < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f2a40c043c478051> >. Acesso em Junho de 2018.

SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N (Orgs.). 2ª ed. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais.. **Esboços** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 217-228, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>>. Acesso em jun de 2018. 2018.

SILVA, Francisco Carlos T. da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil**, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N (orgs). 2ª ed. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. Disponível em: <<https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>>. Acesso em junho de 2018.

STAHL, M. História Política, História do Político: ostracismo, retorno e debate. **albuquerque** – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016.

TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANNA, Werneck. **Travessia: da abertura a Constituinte**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.